

MANDATO XII
ATA Nº. 15/2019

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

*Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Braga, no Auditório do Centro de Juventude de Braga, Pousada de Juventude, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Augusto Alexandre da Cunha Dias, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR^a. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e três membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ricardo Machado de Azevedo, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Fausto Alves Farinha, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina*

Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Carla Maria da Costa e Cruz, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, António Meireles de Magalhães Lima, Maria José da Silva Lourenço, Pedro Manuel Palha Pinto, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Manuel Jorge Costa Pires, José Cândido Ferraz, José Oliveira da Silva, Gélio Amílcar da Silva Mouta Marques, Joaquim Orlando Neto Vieira, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, Filipe Costinha Varanda de Sousa, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Manuel da Silva Dias, Carmino João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, José António Castro Dias, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Hugo Alexandre Lopes Soares, Serafim Figueiral Rebelo, Maria Manuela de Freitas Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Gonçalo Nuno Lopes de Castro*

*Pimenta de Castro, Carlos André da Silva Alves de Sá, Pedro Miguel Pereira de Sousa, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Maria Helena Fernandes Teixeira, José Pedro Gomes Bastos, Victor Bruno Machado Ferreira, Bárbara Seco de Barros, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Maria Alexandra Nogueira Vieira e Manuel Carlos Ferreira da Silva. FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: Rafaela Araújo Couto Seara e Rafael Luís Clemente Ribeiro de Oliveira Ferreira. Foi, ainda, dado conhecimento da renúncia de mandato do Sr. Vereador da Câmara Municipal de Braga, José Firmino Rodrigues Marques, que foi substituído pela Sr^a. Vereadora Olga Maria Esteves de Araújo Pereira. A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA** começou por expressar, em seu nome pessoal e em nome da Mesa, condolências pelo falecimento do marido da técnica que costumava estar presente nas Assembleias Municipais, Rosalina Oliveira, que faleceu na noite anterior. Apresentou, então, as condolências públicas à pessoa que sempre secretariou, praticamente, todas as Assembleias Municipais. Passou, depois, a usar da palavra o Sr. **Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para referir que: “em nome do Grupo Municipal do PSD, naturalmente, não poderia deixar de se associar àquela nota de condolências e de apresentação de sentimentos à nossa muito estimada Nininha, mas é importante que se diga e que fique para a história, que quem faleceu não é, apenas, o marido da nossa colaboradora. Estamos a falar de uma pessoa que foi Vereador da Câmara Municipal de Braga, do PSD, embora, depois, se tenha afastado do partido. Uma segunda nota, para dizer que foi durante muito tempo síndico da Câmara, quando havia essas funções e para dizer, também, que foi Comandante dos Bombeiros, na altura, já, com uma provecta idade e que, inclusive, teve a nota interessante de ter sido necessária uma autorização ou do Ministro da Tutela ou do Primeiro Ministro, para poder cumprir essas funções, que cumpriu, ainda, durante muitos*

anos. Por isso, estamos a falar de uma pessoa que teve grandes responsabilidades e diversificadas no Município e, por isso, parece-nos perfeitamente justificada esta referência a uma pessoa que tinha, de facto, um envolvimento mais vasto com a Autarquia. Aproveitar. Aproveitar, já agora, este momento prévio, para, num outro assunto, que, também, a nossa vez merece aqui uma referência, que é o facto de termos, hoje, pela última vez, porque vai passar a exercer funções noutra autarquia, o Dr. Miguel Pedro Guimarães. E a um funcionário de alto gabarito e alto prestígio, que serviu o nosso Município, de forma elevada e com excelente qualidade, sendo um referencial, não apenas para o Município, mas, também, para os técnicos das autarquias, foi colaborador, inclusive, de várias revistas ligadas a esse setor, naturalmente, julgo que nos fica bem reconhecer a forma dedicada e abnegada como desempenhou funções no nosso Município durante tantos anos e julgo que é justificado que esta Assembleia Municipal preste essa homenagem e, se a Mesa assim o permitir, gostava que focasse esta nossa referência que pode, ou não estender-se aos outros grupos, se assim o entenderem, mas acho que é justíssimo seja feita esta homenagem, este agradecimento e, naturalmente, um voto de que a sua carreira continue com os mesmos sucessos e com o mesmo brilho que teve no Município de Braga”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que: “O Partido Socialista, também se associa a esta data fúnebre, não só pela pessoa que nos acompanha, aqui, nas Assembleias Municipais, uma pessoa que foi secretária do anterior Executivo Municipal, até dois mil e treze e que nestes últimos tempos foi uma mulher guerreira, como se costuma dizer. Um exemplo de alguém que se dedicou de uma forma extraordinária, sobretudo, nos últimos anos de uma doença que foi degradando o Dr. Fortunato e que aqui merece, também, esse apontamento. O Dr. Fortunato foi um Vereador eleito pelo PSD e lembro-me,

perfeitamente, da altura em que ele era Vereador, depois passou a exercer outras funções, como aqui já foi dito pelo João Granja, nomeadamente, Diretor de Departamento dos Serviços Jurídicos da Câmara, também, Comandante dos Bombeiros, nas condições que se falou, e sempre uma pessoa disponível para ajudar a resolver alguns problemas, nomeadamente, das Juntas de Freguesias, sendo nessa situação que muitas vezes recorri aos serviços dos gabinete jurídico. E, portanto, dizer que também o Partido Socialista se associa e reconhece o trabalho desenvolvido não só pelo falecido, Dr. Fortunato, mas, também, pela esposa que é, também, uma técnica que sempre elogiamos o seu trabalho, a sua dedicação. E como estavam a falar, também, da saída do Dr. Miguel Guimarães dos Serviços Jurídicos da Câmara, onde estive cerca de vinte anos, dizer que a sua saída representa, possivelmente, e disso não temos dúvidas, uma perda para o Município, dado o valor e a sua experiência e a sua mais-valia e até a forma sempre simpática e elegante com que muitas vezes ajudava a resolver os assuntos. É, efetivamente, uma referência. Espero que na próxima etapa da sua vida, continue a ser uma referência. Gostaria, também, o Partido Socialista, de ao aproveitar este momento da saída do Dr. Miguel Guimarães, associar um conjunto de cidadãos trabalhadores da Câmara Municipal de Braga, que também prestigiaram este Município e que devido à reforma foram saindo, destacando de entre eles, nomeadamente, antigos Diretores Municipais, como o Eng.º Afonso, da Direção de Obras, o Eng.º Rogério, o Eng.º Alberto Fernandes, do Planeamento e outros Diretores de Departamento. Hoje, e sem sombra de dúvida, e sem ideologias de qualquer natureza, o Município de Braga é aquilo que é, graças ao trabalho que foi feito não só pelos Diretores Municipais, que elogiei, outros que não referi o nome, mas que também foram importantes e, agora, representados na figura do Dr. Miguel Guimarães. Gostaria que esta notificação aqui feita ficasse

registada, por é digna de registo também”. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a primeira intervenção pelo **SR. MANUEL RIBEIRO**, Presidente da Federação das Associações de Pais de Braga, para abordar dois assuntos que os preocupava e que os levava, ali, hoje. Disse, então, que: “Nas últimas duas semanas veio a público uma realidade geradora de graves desigualdades na nossa Comunidade Educativa de Braga, a saber, a diferença do preço cobrado às famílias para as refeições servidas nas escolas públicas. Todos sabemos que o serviço de refeições nas escolas é essencial e, na escola pública, uma elementar tarefa da Administração central ou local. Esta tarefa, no nosso Concelho, é da responsabilidade do Executivo que, no exercício das suas prerrogativas, delega em diversas entidades, entre as quais destacamos as Juntas de Freguesia. Esta delegação de competências está enquadrada pela Lei e deve, entre outros objetivos, assegurar a igualdade de tratamento de todas as famílias do Concelho. Ora isto nem sempre acontece! Freguesias há que cobram valores às famílias que excedem os valores tabelados na Lei e assim criam ilegitimamente desigualdades às famílias do Concelho. A nossa Federação tem vindo a denunciar estas desigualdades junto do Executivo. Lamentavelmente este nosso esforço de resolução em sede própria deste imbróglio foi desvalorizado e só depois da intervenção da comunicação social e do conseqüente alarme público é que constatamos alguns desenvolvimentos positivos. Nesta perspetiva temos a destacar a atitude de uma junta de freguesia que, confrontada com a inviabilidade desta situação, agiu não só cessando a cobrança excessiva, bem como se declarou devedora dos valores já cobrados e, louve-se, protestou encetar um processo de análise da possibilidade de devolução dos valores cobrados em excesso até agosto. A cobrança de valores que vão além do permitido por Lei gera problemas de várias dimensões sobre as

quais não nos cabe, de imediato, agir. Mas na dimensão da defesa da igualdade de tratamento das nossas famílias, criança e jovens beneficiários das refeições servidas nas escolas, não podemos adiar mais! Por isto e por muito mais que os membros desta Assembleia e do Executivo poderão livremente aduzir, apela, a Federação das Associações de Pais, em nome das suas Associadas e das Famílias com educandos a frequentarem as escolas públicas, a que haja a maior sensibilidade e celeridade na resolução e abolição destas desigualdades. Sabemos das implicações desta questão e continuaremos disponíveis para colaborar numa solução desde que haja empenho e determinação de todos os envolvidos. Outro ponto da intervenção, relaciona-se com o orçamento, para dois mil e vinte, que vai ser, tanto quanto sabemos, apreciado e votado, hoje. Tivemos conhecimento do orçamento, por vias informais e pela comunicação social, mas constatamos que no que concerne às rubricas consagradas para a educação, há um corte muito substancial, pelas nossas contas, cerca de quarenta e quatro por cento. É um corte, do nosso ponto de vista, brutal. Também sabiam que existe uma expectativa de que haja um plano de investimentos em escolas, que será, supostamente, suportado por financiamento, caso seja aprovado por esta Assembleia e que pretenda que venha a ser executado. O facto é que, relativamente a essa componente do investimento na educação não há nenhum compromisso que nós conheçamos, há apenas uma lista de escolas que em princípio poderiam ser sujeitas a investimento público, mas não há um cronograma de intervenção, não há uma orçamentação por escola, não há nenhum caderno de encargos. E nós, obviamente, sem rejeitarmos a possibilidade de que venha a acontecer este tipo de intervenções, demonstramos, aqui, o nosso ceticismo quanto à sua verdadeira concretização. Esperamos enganar-nos neste aspeto, mas face a esta ausência de especificação daquilo que realmente se

pretende fazer neste domínio, somos muito céticos quanto à sua efetiva concretização. Aquilo que é um facto é que já no próximo ano haverá um corte muito significativo na despesa com educação. Sendo certo, além disso, que nas escolas falta muito mais do que mero investimento no edificado. Há uma série de questões que são da responsabilidade do Município, que nem sempre estão devidamente cobertas e que face a este corte que será votado hoje, vimos com muito receio que em alguns domínios haja um agravamento das condições que na educação pública é prestada no nosso concelho”. A segunda intervenção foi protagonizada pelo **SR. DAVID ALVES FERREIRA**, para dizer que intervinha na qualidade de membro do Conselho Geral de um Agrupamento de Escolas em Braga, André Soares. Informou que tiveram uma reunião hoje, em que esteve constrangido a ouvir o choro e o lamento de uma assistente operacional, que ali representava as suas colegas, rendida ao desespero que tinham vivido. Todos viviam em democracia, todos tinham eleito os governos que estavam em exercício de funções, não só a nível central, como a nível local, mas a verdade era que todos estavam a contribuir para uma situação, no mínimo, desastrosa. Todos tinham ar de pais, e todos deviam ter a noção daquilo que era ter os filhos no ensino público entregues de manhã à noite, em circunstâncias que cada vez mais eram periclitantes. “Tinham assistentes operacionais cansados. Conviver com a miudagem não era fácil. Em dias de chuva era um desespero e o alerta que, ali, deixava, era que olhassem para aquela situação, porque eram os responsáveis e estavam a propiciar um caldo em que aqueles miúdos estavam a crescer e que quando forem adultos e tomarem a nossa vez, se os tratarem a eles, sendo que nessa altura estariam decrépitos, tomarem as decisões exatamente no mesmo sentido que hoje estavam a tomar, não iria correr bem e não iria correr bem para nós”. Seguiu-se a terceira intervenção, agora pelo **SR. JOÃO FERNANDO**

RIBEIRO DA SILVA, administrador do condomínio de uns prédios da urbanização na zona da Makro. Há duas ou três semanas, os moradores da zona da Makro, reuniram-se para conversar sobre as obras em curso naquela zona. Reparou que havia muito descontentamento entre as pessoas. Na realidade, as obras que se estavam a fazer em quatro zonas da cidade, tinham as suas virtudes, louvando a atitude. Pessoalmente, estava sessenta ou setenta por cento de acordo, mas havia pormenores que tinham que ser tratados. Esse grupo de moradores fez um abaixo-assinado e solicitou à Câmara uma reunião, para os esclarecer. Para além da preocupação com alguns aspetos das obras, uma preocupação demonstrada foi a falta de informação. Em dois mil e dezoito realizou-se uma reunião, sendo que nem todos foram notificados da mesma forma. Alguns avisos foram afixados nas portas e os comerciantes foram notificados de uma forma mais pessoal. Como administrador do condomínio foi incumbido de tentar fazer algo, pelo menos solicitar explicações e saber da possibilidade de, in loco, verificarem o que se poderia fazer. Era importante que ficasse registado que existiam pessoas apreensivas e a necessitar de mais informação e a necessitar que alguns pormenores da obra fossem corrigidos. Na quarta intervenção, usou da palavra o **SR. MANUEL JOAQUIM FERREIRA SOUSA**, funcionário da Autarquia há quarenta anos, em cedência por interesse público nos Transportes Urbanos de Braga e membro da Direção Regional do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local. E o que o levou, ali, foi exatamente um acordo que a Empresa Agere estava a tentar fazer com os seus trabalhadores que, no seu entendimento, só prejudicava os seus interesses, que passou a citar: “O STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, vem denunciar perante esta assembleia a situação de afronta e violação dos direitos dos trabalhadores na

empresa municipal AGERE, nomeadamente no que se refere ao exercício da liberdade sindical e em particular ao respeito pelo direito de negociação. Nos últimos seis anos, o Presidente do Conselho de Administração da AGERE recusou-se sistematicamente a reunir com o STAL, sindicato mais representativo dos trabalhadores, ignorando os vários pedidos de reunião feitos pela maior estrutura sindical na empresa, onde conta com mais de noventa por cento dos trabalhadores sindicalizados, e que é também um dos maiores sindicatos do País. A recusa obstinada em dialogar com o STAL tem levado a que todos os conflitos sejam dirimidos através dos tribunais. Com o apoio tácito ou declarado do Senhor Presidente da Câmara Municipal - responsável máximo pelas empresas públicas municipais da autarquia bracarense, que nada tem feito para restabelecer o normal relacionamento com os representantes dos trabalhadores - o Senhor Presidente do Conselho de Administração da AGERE age de forma prepotente e antidemocrática, discriminando o Sindicato mais representativo e cozinhando acordos no segredo dos gabinetes com estruturas sindicais minoritárias, que têm uma conceção da defesa dos direitos dos trabalhadores no mínimo duvidosa. Concretamente, o Presidente do Conselho de Administração da AGERE, Doutor Rui Morais, está atualmente a preparar um Acordo de Empresa com uma organização sindical minoritária - o SINTAP - cuja atuação se tem pautado pela acomodação dos interesses das entidades empregadoras em detrimento dos autênticos interesses dos trabalhadores. O acordo em causa é um exemplo flagrante do que acabamos de dizer. É certo que o clausulado consagra o horário das trinta e cinco horas, dando seguimento à promessa do Senhor Presidente da Câmara, feita na sua tomada de posse, de que, até dois mil e vinte e um, esse horário vigorará em todas as empresas municipais. Atualmente estavam com trinta e sete horas e meia. Em contrapartida, o simulacro de acordo pactuado com

o SINTAP pretende introduzir o banco de horas, medida altamente lesiva dos trabalhadores, já que constitui um instrumento de exploração agravada do trabalho e um elemento desestabilizador da sua vida familiar e pessoal. A negociata com o SINTAP prevê, entre outros, que o período normal de trabalho diário possa ser aumentado até quatro horas diárias, podendo atingir as cinquenta e cinco horas semanais, acréscimo que tem como limite duzentas horas em cada ano. Não é difícil perceber que este Acordo de Empresa tem como objetivo obrigar os trabalhadores a prestar serviço de borla, uma vez que, aplicando-se o banco de horas, todo o trabalho extraordinário deixará de ser pago. Mas o referido responsável da AGERE quer ir mais longe e já se prepara para aplicar a mesma receita na empresa intermunicipal Braval, de que também é administrador. A Braval é conhecida pelos salários de miséria que paga aos trabalhadores, na sua maioria mulheres, e pelas degradantes condições de higiene e segurança no trabalho das instalações, ainda recentemente confirmadas pelos técnicos da Autoridade para as Condições do Trabalho. Queremos ainda recordar que a esmagadora maioria dos trabalhadores da Braval estão a tempo parcial, cumprindo um horário de trinta horas semanais, sendo assim discriminados em relação aos seus colegas que desempenham funções semelhantes em diversos serviços do município e empresas municipais. Com a eventual introdução do banco de horas na Braval, estes trabalhadores seriam duplamente explorados face à atual situação. O Senhor Doutor Rui Morais sabe que jamais poderá contar com a anuência do STAL ante tais medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores. Por isso decidiu unilateralmente e em segredo recorrer à colaboração cúmplice do SINTAP, negando ao STAL o legítimo direito de participação no processo negocial. Lamentavelmente é este o conceito de democracia do Presidente do Conselho de Administração da AGERE. O STAL

não pactua com simulacros de acordos, nem transige na defesa dos direitos dos trabalhadores! O STAL exige negociar verdadeiros acordos de empresa, que defendam e valorizem todos os trabalhadores, em prol da melhoria das suas condições de trabalho e de vida, em prol da prestação de serviços públicos de qualidade às populações. O acordo referido tinha duas partes, mas, apenas enviaram ao STAL uma parte, desconhecendo por completo o anexo. O STAL teve conhecimento que os responsáveis de cada serviço insistiram, e bem, para que os trabalhadores participassem nas reuniões do SINTAP, com vista a serem esclarecidos, o que não aconteceu com os plenários de esclarecimento promovidos pelo STAL, para dar conhecimento da malfeitoria que era aquele acordo, tendo-se verificado, precisamente, o inverso. O STAL utilizará todos os meios ao seu dispor para travar a aplicação das medidas gravosas nas referidas empresas, na certeza de que só através da luta os trabalhadores poderão defender os seus direitos e alcançar as suas legítimas aspirações. Estavam, ali, hoje. Iriam estar na Câmara. Iriam estar onde fosse necessário, para defender os interesses intransigentes dos trabalhadores”. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, em que interveio o Sr. Deputado da C.D.U., **JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para proceder à apresentação de uma **Saudação** aos trabalhadores da Câmara Municipal de Braga, que dizia: “A Câmara Municipal de Braga perdeu, pela segunda vez, a ação interposta pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL/CGTP-IN) a propósito das trinta e cinco horas semanais. O Tribunal Central Administrativo Norte, no Porto, confirmou a nulidade do despacho, o que significa que durante dois anos e meio o horário foi praticado perante um despacho sem validade legal. Os trabalhadores reclamavam pelo facto de não terem sido auscultados aquando da elaboração do despacho do presidente Ricardo Rio (PSD) para a aplicação da

jornada de trabalho das quarenta horas semanais. Vale a pena reafirmar que a luta dos trabalhadores pela redução do horário de trabalho permanece atual. Desde o histórico primeiro de maio de mil oitocentos e oitenta e seis e a revolta do operariado norte-americano na região industrializada de Chicago, que os trabalhadores erguem bem alto esta bandeira. Ou seja, há cento e trinta e três anos que a luta pela redução da jornada de trabalho é uma das principais reivindicações dos trabalhadores, tanto no plano nacional como no plano internacional. Para confirmá-lo basta atentarmos na amplitude do arco temporal (oitenta e nove anos) para chegarmos às quarenta horas semanais no nosso País (desde mil novecentos e sete, ano em que se encetou a luta até mil novecentos e noventa e seis). Depois foram conquistadas as trinta e cinco horas semanais e sete diárias para os trabalhadores em funções públicas, direito interrompido com a assinatura do Pacto de Agressão em dois mil e treze entre PS, PSD e CDS e o FMI, UE e BCE, que foi finalmente reposto em um de julho de dois mil e dezasseis graças à luta dos trabalhadores e ação decisiva do PCP. Exigir o respeito pelas normas de organização que facilitem a previsibilidade e estabilidade dos horários e dos dias semanais de descanso consecutivos, facilitando a harmonização da vida profissional com a pessoal, familiar e social, é outro objetivo crucial da luta dos trabalhadores. Os trabalhadores exigem também a resolução das situações de trabalho precário, com a passagem dos trabalhadores para vínculo efetivo e inserção em carreiras profissionais, reivindicando salários e condições de trabalho. A CDU entende que os trabalhadores devem agora ser ressarcidos do trabalho extraordinário (cinco horas por semana) realizado ao longo de dois anos e meio. A sentença do tribunal corresponde a uma «vitória inequívoca dos trabalhadores» e uma derrota do presidente da Câmara, que poderá sair muito cara a todos os cidadãos, pois a conta pode ultrapassar um milhão e meio de

euros. A CDU dirige, portanto, esta saudação aos trabalhadores da Câmara Municipal de Braga, que não baixaram os braços, bem como às organizações representativas dos trabalhadores que se colocaram sempre ao seu lado nesta batalha. A CDU aproveita ainda para repudiar a postura daqueles que deliberadamente ignoram as organizações representativas dos trabalhadores e as suas justas reivindicações. Simulacros de negociação sindical como o que está a suceder na empresa municipal AGERE (onde o sindicato mais representativo é discriminado) serão confrontados com a firme oposição da CDU e com a luta dos trabalhadores”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE**, para apresentar um **Voto de Saudação e Congratulação**, do seguinte teor: “No passado dia sete de novembro, abriu portas e entrou em funcionamento a requalificada Pousada/Centro de Juventude de Braga, cujo Auditório, onde nos encontramos, acolhe, esta noite, a Sessão da Assembleia Municipal. Na verdade, uma Pousada de Juventude reabilitada, dotada de valências diversificadas, munida de equipamentos tecnológicos inovadores, habilitada para corresponder aos desafios da atualidade, confortável e, inclusivamente, condigna, era, há muito, uma necessidade, uma ambição e um imperativo para o concelho de Braga. Braga, que é uma das cidades mais jovens da Europa; que se tem evidenciado, nacional e internacionalmente, pelo seu dinamismo económico, juvenil, associativo, desportivo, cultural e turístico; que apresenta uma comunidade estudantil bastante significativa, localizando-se no respetivo território a Universidade do Minho, a Universidade Católica e um Polo do IPCA; e que se caracteriza por um tecido associativo forte e amplo. Efetivamente, a Pousada/Centro de Juventude, cuja intervenção teve a duração aproximada de um ano e representou um investimento pelo Município no montante de um vírgula quatro milhões de euros,

é, como todos podemos testemunhar, um excelente exemplo de requalificação, que certamente posiciona a Pousada como uma das melhores do País. Na realidade, a Pousada de Juventude dispõe de vinte e seis quartos, com a versatilidade para se adaptarem às múltiplas tipologias, possui capacidade para mais de cem utentes, goza de diferentes espaços e soluções que se complementam, como salas de formação, auditório equipado e soluções integradas para formação, alojamento e alimentação, e está provida de ferramentas tecnológicas avançadas para responder às exigências de hoje. Além disso, este novo Centro de Juventude manterá os serviços já anteriormente instalados no edifício, em particular os serviços do IPDJ, a Loja Ponto JA e a Agência Nacional Erasmus mais Juventude em Ação. Com efeito, os desígnios da Pousada/Centro de Juventude terão, necessariamente, de passar por assegurar condições de alojamento, de formação e de trabalho de qualidade, promovendo, em simultâneo, os processos de aprendizagem e crescimento, impulsionando a educação não formal, valorizando os Direitos Humanos e desenvolvendo projetos de criatividade, empreendedorismo, cidadania e associativismo juvenil. Ademais, a visão não poderá deixar de ser orientada para uma infraestrutura de referência, fundamental para a concretização de trabalho dos, com e para os mais jovens, suscetível de intensificar políticas municipais de juventude numa perspetiva local e internacional, sustentadas em princípios como a inclusão, a diversidade cultural, a inovação, a sustentabilidade e a responsabilidade social e ambiental. No entanto, se, por um lado, é verdade que a Pousada/Centro está especialmente vocacionada para a juventude; por outro lado, é também certo que este é um equipamento ao serviço de todos, do concelho e de toda a região. Essencial para a construção permanente de uma cidade onde é bom morar, estudar, trabalhar e visitar. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em Sessão Ordinária de

vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove, delibera aprovar um Voto de Saudação e Congratulação pela abertura de portas da requalificada Pousada/Centro de Juventude de Braga, na certeza de que constituirá uma infraestrutura fundamental ao serviço de todos, do concelho e de toda a região”. Posto à votação foi o presente voto de saudação e congratulação **aprovado por unanimidade**. O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, interveio para apresentar uma **Declaração de Voto**, referindo que, sem querer estragar a festa, era evidente que se congratulavam com a abertura de uma infraestrutura, ou reabertura. O que resultava evidente e queria pedir à Sr.^a Presidente da Assembleia que evitasse, ao máximo, marcar as Assembleias para ali, porquanto as filas eram enormes e não se conseguia sair, ou seja, já para estar sentada era difícil, e para sair uma pessoa tinha que se levantar a fila toda. Dizia-se que o auditório levava não sabia quantos, mas estavam uns em cima dos outros. Por outro lado, verificou-se há pouco, que as rampas estavam escorregadias, podendo provocar quedas. Portanto era curial que as rampas tinham que ter um antiderrapante, para evitar os acidentes. Foi de seguida presente um **Voto de Louvor e Reconhecimento**, pelo **VOGAL DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE, SR. MANUEL JORGE MIRANDA PEREIRA**, que dizia: “A história da Cidade de Braga faz-se através do contributo de determinadas Instituições. Algumas delas nem sempre são devidamente conhecidas e reconhecidas pelo seu trabalho. A sua ação é benemérita e a vida de muitas pessoas seria totalmente diferente se não existissem Instituições que estivessem ao serviço dos mais desprotegidos da sociedade. A história ajuda-nos a penetrar em determinados meandros que, verdadeiramente entendidos são luz para compreender a sua missão na atualidade e estímulo capaz de suscitar maior gratidão pelo trabalho realizado. A

história é fonte inspiradora para acreditar nos objetivos e ideais a concretizar em prol do bem comum. No dia oito de dezembro terão lugar as cerimónias de encerramento comemorativas dos cento e cinquenta anos da fundação do Instituto Monsenhor Airosa. Fundado em dezoito de agosto de mil oitocentos e sessenta e nove pelo Padre João Pedro Ferreira Airosa e, depois de ter sido instalada em diversas casas da cidade, acabou por ocupar, em definitivo, o antigo edifício do Convento da Conceição, na Rua dos Pelames (atual Rua Monsenhor Airosa). O Instituto Monsenhor Airosa, (Casa de acolhimento ou Convento da Regeneração como também foi conhecido) com o lema religião, instrução e educação, tinha como objetivo primeiro, acolher mulheres e jovens com comportamentos desviantes, quer por força de abandono, por falta de retaguarda familiar ou provenientes de famílias desestruturadas e também no apoio dado à mendicidade que diariamente e em grande número lhes batiam à porta. Nesta Instituição foram ministrados ao longo dos tempos diversos tipos de formação no sentido de preparar as suas utentes para um possível regresso à vida em sociedade, religião, educação, instrução primária, musical e laboral, nesta área destacavam-se, a tecelagem, os bordados, a culinária, a horticultura, a floricultura e o fabrico de hóstias (que ainda hoje se mantém) entre outras aprendizagens. Os números de recolhidas em cem anos, desde mil oitocentos e sessenta e nove até mil novecentos e noventa e nove são de dois mil cento e sessenta, provenientes de todos os distritos de Portugal, dos PALOP, e também de países estrangeiros, só do distrito de Braga mil duzentas e oitenta e quatro mulheres e jovens foram acolhidas. Atualmente o Instituto Monsenhor Airosa continua com a sua missão de apoio os mais desfavorecidos, agora com um modelo educativo virado para a reintegração tendo como pilares fundamentais o acesso a formação escolar, formação humana e espiritual, atividades ocupacionais (grupo de precursão, participação em

atividades culturais e recreativas tais como Braga Romana e S. João) e inserção social, de salientar que recentemente foram abertas as residências de transição destinadas a jovens que depois de terminado o seu percurso educativo se encontram capazes de autonomamente fazerem a transição progressiva para a vida ativa em sociedade. Atualmente, O Instituto Monsenhor Airosa acolhe um número significativo de utentes: trinta - na casa de acolhimento de Crianças e Jovens, vinte e uma - no Lar Residencial e dez - no ar de Idosos. A Assembleia Municipal de Braga reunida a vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove, delibera, a aprovação e envio deste voto de louvor e reconhecimento, e propor à Câmara Municipal a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade, pelos relevantes serviços prestados à comunidade pelo Instituto Monsenhor Airosa ao longo destes cento e cinquenta anos. Posto à votação foi o presente voto de louvor e reconhecimento **aprovado com duas abstenções do B.E.**. Usou da palavra o **Sr. Deputado do B.E., António Meireles de Magalhães Lima**, para, numa **Declaração de Voto**, revelar que o B.E. se absteve porque, independentemente dos motivos que levaram à criação daquela instituição, o valor que tinha hoje, não era o mesmo que tinha na época. Na época era um bocado o princípio de que o trabalho libertava e era, de facto, o que ali se passava. Aquilo acolhia mães solteiras, essencialmente. Hoje em dia nunca seria criada uma infraestrutura daquelas. Em todo o caso, havia uma situação atual e que os levou a abster, que era a existência de um determinado número de senhoras idosas, que construíram aquela casa, com as freirinhas que lá estavam, foram elas que deram vida àquela casa. Trabalhavam nos teares, faziam hóstias, faziam toalhas, lençóis e outras coisas. O que aconteceu foi que essas senhoras ficaram velhas, ou ficaram velhotas, os teares fecharam, deixaram de servir para as tarefas que lhes atribuíram e, como se isso não chegasse, para não serem despejadas da casa onde

sempre viveram, cobravam-lhes tudo aquilo que recebiam da sua magra reforma. Ou seja, costumava-se de dizer de mal-agraçados estava o inferno cheio e, de facto, uma instituição, que não tinha consideração por aqueles que lhe deram alma, não merecia, se calhar, a medalha de ouro da cidade. Interveio depois o

PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, SR. FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA, *para apresentar um* **Voto de Pesar** *do seguinte teor: “Os membros da Assembleia da Municipal de Braga eleitos pelo Partido Socialista vêm propor a esta Assembleia a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Gomes que durante vários anos assumiu a presidência da Junta de Freguesia de São Martinho de Dume. O Sr. José Gomes foi, de mil novecentos e setenta e quatro a mil novecentos e setenta e seis, o presidente da Comissão Administrativa que governou política e administrativamente a freguesia de São Martinho de Dume. A revolução de abril de mil novecentos e setenta e quatro, que derrubou o regime do Estado Novo, provocou instabilidade política, agitação social e alguma desordem administrativa por todo o país. Felizmente, tivemos em Portugal vários dirigentes que souberam, de modo tranquilo e cordato, construir consensos que possibilitaram uma mudança de regime político serena e pacífica. Apesar de o país estar a viver um tumulto político, em São Martinho de Dume, o Sr. José Gomes e os restantes membros da Comissão Administrativa, que governava a autarquia, foram os grandes responsáveis pela tranquilidade e pela paz que se viveu, nessa época, na freguesia. Após as primeiras eleições livres em Portugal, em dezembro de mil novecentos e setenta e seis, o Sr. José Gomes candidatou-se a Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Dume e foi eleito, cargo que ocupou até mil novecentos e oitenta e cinco. Queremos hoje, prestar homenagem a este homem simples e competente, a este dumense, que soube estar*

à altura dos acontecimentos extraordinários que viveu e que, na qualidade de líder político da autarquia, nesses anos difíceis, soube criar consensos, garantiu e promoveu a autoridade do estado através do uso do poder político e administrativo de modo correto, justo e sensato. Neste momento de consternação e saudade queremos dar conta do nosso profundo pesar à família e deixar, de forma vinculada, o nosso agradecimento ao Sr. José Gomes. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove, delibere: Um - Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do S Sr. José Gomes, guardando um minuto de silêncio em sua memória; Dois - Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar". Registou-se a intervenção do Sr. **Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que se o PS não alterasse os considerandos daquele voto, teriam todo o gosto de apoiar aquele voto pela morte de um ex-autarca, mas com os considerandos feitos em relação ao período revolucionário do vinte e cinco de abril, era evidente que não poderiam votá-lo. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. O Sr. **Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** voltou a usar da palavra, para, numa **Declaração de Voto**, dizer que, no fundo, para que ficasse registado, reafirmar que embora, porque lamentavam, de facto, e tratava-se da morte de um ex-autarca, era demasiado penoso, para si, votar contra aquele voto de pesar, mas não retiravam uma palavra àquilo que disseram e entendiam que os considerandos que constavam do voto de pesar, relativamente ao período de revolução de abril, de facto, não ficavam bem à bancada do PS. Interveio o Sr. **Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, agora para apresentar outro **Voto de Pesar**, que referia:

“Morreu, no dia dezanove de novembro dois mil e dezanove, José Mário Branco, músico que ao longo de meio século de carreira deixou a sua marca na cultura portuguesa e em várias gerações de artistas. A sua vida foi marcada igualmente pela intervenção política, pelo combate às opressões e à desigualdade social. Regressado a Portugal após a revolução do vinte e cinco de Abril, torna-se uma das figuras da cultura portuguesa nos primeiros tempos de liberdade. Para além das inúmeras intervenções musicais, estende a sua atividade ao teatro, integrando o grupo A Comuna, onde veio a conhecer a sua companheira Manuela de Freitas, mas também ao cinema e à ação cultural, fundando com Fausto, Tino Flores e Afonso Dias o GAC - Grupo de Ação Cultural - Vozes na Luta logo após chegar a Portugal. O GAC dinamizou centenas de sessões de canto em aldeias, fábricas e quartéis por todo o país, participando inclusivamente no Festival da Canção de mil novecentos e setenta e cinco com o tema "Alerta". No período pós-revolucionário compõe e edita duas das suas maiores obras musicais, "FMI" e "Ser Solidário", que ficariam para sempre como a marca da desilusão por parte de uma geração que entregou a sua juventude ao processo revolucionário e assistia então ao desfazer das esperanças de construir uma sociedade socialista em Portugal. O cantor conclui o período com a canção e autêntico manifesto: "Eu vim de longe, eu vou para longe" do disco "Ser Solidário". Edita um álbum de canções ao vivo em mil novecentos e noventa e sete e dois anos depois participa na fundação do Bloco de Esquerda, de que foi membro da Mesa Nacional, num tempo marcado pela mobilização pela independência de Timor, da qual viria a tomar o título do álbum seguinte, já em dois mil e quatro, "Resistir é Vencer". Cinco anos depois, regressa aos palcos ao lado de Fausto e Sérgio Godinho no projeto "Três Cantos", com vários dias de concertos no Campo Pequeno, depois editados em álbum e DVD. Em dois mil e dezoito deu a conhecer um conjunto de

canções e composições gravadas com o álbum "Inéditos mil novecentos e sessenta e sete-mil novecentos e noventa e nove" e já este ano viu um grupo de artistas prestarem-lhe tributo com o álbum "Um disco para José Mário Branco", que reuniu nomes como Camané, Ana Deus, Mão Morta, Walkabouts, Peste & Sida, Enno, Osso Vaidoso, Batida, JP Simões e João Grosso, entre outros. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove, delibera: Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado que foi José Mário Branco e exprimir aos seus familiares, amigos e camaradas o seu sentido pesar, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem. Seja dado conhecimento desde voto à família". Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio.** O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou um outro **Voto de Pesar** que salientava: "A realidade volta a confirmar aquela que é a frase mais reveladora da nossa incapacidade, enquanto sociedade, de erradicarmos este flagelo social que é a violência doméstica, o crime que mais mata em Portugal. Só em dois mil e dezanove já se somam trinta e duas vítimas mortais em contexto de violência doméstica. A maior parte destas vítimas, vinte e três, são mulheres, confirmando-se que é um crime que carrega a marca de género. Nos últimos quinze anos já morreram mais de quinhentas mulheres às mãos da violência machista. Uma média de trinta e cinco mulheres assassinadas por ano. Este é, à semelhança de outros crimes, como por exemplo a violação, um crime de género, que atinge as mulheres, tirando-lhes a vida e, quando tal não acontece, lhes destrói a vida pessoal, profissional e familiar. Há dezoito anos, legislou-se no sentido de garantir que este crime era um assunto de todos e todas. Passado todo este tempo, há ainda muito para fazer, muitas mulheres e crianças para proteger. No distrito

*de Braga, a relação é de uma morte por cada duzentos mil habitantes (em Lisboa é uma por cada quatrocentos mil). No concelho de Braga, registaram-se duas mortes violentas às mãos dos companheiros ou ex-companheiros. Em muitos casos, as vítimas reportam a violência doméstica, mas nem sempre os processos de acompanhamento são suficientemente ágeis e céleres para travar o fim trágico, desprotegendo as mulheres em risco. O crime de violência doméstica é o crime contra pessoas que mais mata em Portugal, mesmo quando as vítimas fazem queixa e pedem ajuda. Fica claro que ainda há muito a fazer para que o sistema atual consiga proteger quem precisa e não manter o sentimento de impunidade vigente entre agressores. Assim, continua a afigurar-se necessário responder à incapacidade de várias instâncias competentes para atuarem com a celeridade exigida e de ativarem todos os mecanismos ao seu alcance para proteger as vítimas de violência doméstica. A Assembleia Municipal de Braga, reunida em vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove, delibera: Expressar o seu profundo pesar pela morte de vinte e três mulheres, e de todas as vítimas de violência doméstica até novembro de dois mil e dezanove. Exortar todas as entidades e organismos públicos locais, e respetivos responsáveis, para que se façam representar nas iniciativas públicas e de cidadania pelo fim da violência contra as mulheres, como foi o exemplo do dia vinte e cinco de novembro, e será a greve feminista de dois mil e vinte. Estender esse apelo à manifestação pública a todas (os) deputadas e deputados municipais. Evidenciar, apoiar e divulgar todas as associações e organizações não- governamentais que trabalham diretamente com esta problemática, como a UMAR, a APAV, entre outras. Escrutinar os serviços sociais do Estado de âmbito nacional e local que prestam apoio e acompanhamento às mulheres e crianças vítimas de violência”. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada ao*

*Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO, para apresentar uma **Recomendação** do seguinte teor: “O Grupo Municipal do Partido CDS/PP apresenta uma recomendação política concernente ao investimento na Variante do Cávado e Nó de Infias. O Município de Braga aprovou o protocolo de parceria com as Infraestruturas de Portugal, cujo conteúdo se prende com a concretização de um projeto de execução com vista à requalificação e beneficiação do Nó de Infias. De ressaltar que o custo estimado do referido projeto ronda os cem mil euros sendo participado (em partes análogas) pelo Município de Braga e Infraestruturas de Portugal. Na perspetiva da bancada parlamentar do CDS-PP, encontramos-nos perante uma problemática de fundo que não está atinente à contratação deste projeto, mas sim ao custo da execução que, segundo consta, terá um valor aproximado de cinco milhões de euros. De acordo com dados conhecidos por todos, a maioria da circulação no afamado "Nó" são deslocações inter concelhias que, dada a enorme afluência de tráfego, geram constrangimentos à vida urbana da cidade. Neste prisma, o CDS-PP entende que, sendo esta uma via que está sob tutela das Infraestruturas de Portugal, o Estado Central tem o dever de assumir o custo da sua requalificação. Desta feita, exigimos ao Governo que suporte o custo da referida intervenção. Nesta linha de raciocínio é ainda de salientar que, como bem sabemos, esta é uma via estruturante para o distrito, sendo utilizada pelos munícipes das regiões de Vila Verde, Amares, Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso e/ou Ponte de Lima e Arcos de Valdevez. Ou seja, quase todo o distrito faz uso desta via caótica como principal acesso à autoestrada. É do conhecimento de todos os deputados municipais aqui presentes que os últimos estudos apontam para uma enormíssima pressão de tráfego. A título de exemplo, o Nó de Infias (diariamente) é assoberbado por cerca de cento e vinte mil viaturas. Esta implosão de "bolhas"*

chega de vários pontos da região. O foco de quem vem de vilas ou cidades limítrofes está, não só no acesso à autoestrada, mas também a inúmeros equipamentos que abrangem a área distrital como o Hospital Central de Braga, por exemplo. Esta circulação desmedida, mas necessária para a população, exige que haja uma articulação entre os diversos instrumentos de gestão urbana. Perante tais evidências, urge que as Infraestruturas de Portugal encetem a concretização do projeto que se prende com a ligação da variante do Cávado entre os "Nós" de Frossos e Ferreiros com decorrente fusão com a autoestrada. Um dos estudos realizados sobre a matéria em questão aponta para um custo aproximado de treze milhões de euros. Ora, o Estado Central, dadas as circunstâncias caóticas que se fazem sentir diariamente, tem que acelerar a concretização da presente ligação que, à semelhança do Nó de Infias, abrange vários Municípios da região. Estamos certos de que com a concretização das intervenções aludidas se assistirá a uma melhoria significativa da pressão de trânsito na cidade. Consequentemente, dar-se-á um upgrade positivo nas condições de vida dos habitantes, dos condutores, do peão, da esfera económica implementada no território e, muito importante, assistir-se-á a uma melhoria acentuada do espaço ambiental e/ou sustentável. Tendo por base todos os itens elencados, o CDS-PP reitera o apelo aos deputados de todos os partidos eleitos pelo distrito de Braga para que levem esta problemática à Assembleia da República, cumprindo com a sua obrigação: defender o distrito pelo qual foram eleitos, não deixando que os investimentos de vias estruturantes finquem apenas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Estamos certos de que podemos "cortar caminho" e recuperar rapidamente o tempo perdido. Há competência técnica no país para ajudar a desenvolver, implementar e monitorizar soluções. Haja vontade e momento político para estimular decisões. A vinte e oito de

novembro de dois mil e dezanove, o Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia Municipal, recomenda a todos os partidos com representação na Assembleia da República, façam chegar este documento aos seus Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Braga, no sentido de defenderem o distrito pelo qual foram eleitos”.

O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, fez um ponto de ordem à Mesa, para dizer o seguinte: tinham que ser claros em relação àquela matéria, porque já durante muitos anos cumpriram essa regra e não podiam, hoje, subvertê-la, mesmo que seja a vontade do Sr. A ou do Sr. B. Porque a partir do momento em que a pessoa ia ali e dizia “recomendo” ou “queremos vincular a Assembleia”, naturalmente tinha que haver votação. Se não houvesse votação, não vinculava a Assembleia, era uma mera declaração política unilateral, vinculando, apenas, quem a proferiu. Se era declaração política, então tinha que ser remetida para o momento das declarações políticas. E era importante que se assentasse isso e se houvesse alguma situação nova que justificasse reapreciar o mudar o seu comportamento, ou mudavam o Regimento, ou tinham que acertar novas regras em Conferência de Líderes. Por isso, ficarem numa situação de meias tintas, não fazia sentido. Por isso, para vincular a Assembleia, tinha que ser votado. Se não fosse votado, era uma declaração política, fosse recomendação, opinião, tese, o que quer que fosse, mas tinha que sublinhar essa característica. Porque ficar sob a forma de recomendação, mas que não era votada, ficava uma coisa estranha que, depois, para a comunicação social poderia sair como uma coisa que não era. Por isso, para não haver dúvidas era importante clarificar isso. **A Sr^a. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ,** disse que a sua intervenção vinha um pouco no seguimento daquilo que foi a intervenção do PSD. Tinha que clarificar se estavam perante, de facto, uma deliberação, e tinha que terminar com uma deliberação e ser

votada. Sucedia que da leitura que se ouviu, não aparecia uma parte deliberativa. O que iriam votar? Era necessário clarificar se era uma declaração ou se era uma recomendação. Se era uma recomendação tinha que estar claro quais os pontos que iriam ser votados, porque não conseguiam deliberar coisas vagas. Era importante que o CDS explicitasse qual era a intenção, se era uma declaração, se era uma deliberação, se assim fosse, tinha que deliberar, tinha que colocar pontos que fossem de deliberação. Podia ser só o último, de enviar à Assembleia da República. Da forma como estava feita, não era uma deliberação. **O Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO** informou que, efetivamente, a ideia era que houvesse uma deliberação no sentido de que os grupos parlamentares pudessem fazer chegar aos seus deputados na Assembleia da República. Essa seria a deliberação, passando a constar que “a vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove, o Grupo Parlamentar do CDS propõe que esta Assembleia Municipal, aprove uma recomendação e que dela seja dado conhecimento a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, solicitando o seu empenhamento na resolução deste problema”. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com treze abstenções**. Foi presente uma **Declaração de Voto**, pelo **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO**, destacando que o Partido Socialista se associava aos considerandos que constavam naquela recomendação, mas não poderiam deixar de lembrar que, em primeiro lugar, eram uma Assembleia Municipal. Segundo, era ao Executivo que competia negociar acordos com o Governo, acordos com outras Autarquias e cria que aquilo extravasava um pouco as competências da Assembleia Municipal. Terceiro, dizer que o Partido Socialista, empenhado que estava em resolver os problemas do país, fossem eles de que âmbito fosse, já assumiu, também, no passado muito recente, a partir do seu Ministro das

*Infraestruturas, que estava disponível para colaborar com o Município de Braga, para resolver um dos problemas da mobilidade, que afetava o concelho. O PS aproveitava, também, para sugerir que o Município fizesse aquilo que lhe competia, para resolver os problemas de mobilidade. A palavra foi dada à Sr^a. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ, para proceder à apresentação de uma **Moção** pela eliminação de todas as formas de violência, cujo teor referia: “Comemorou-se no passado dia vinte e cinco o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Segundo a Organização das Nações Unidas, uma em cada três mulheres sofre de violência ao longo da sua vida, em resultado de um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres que conduz à sua discriminação, tanto na sociedade como nas famílias, privando-as de direitos sociais e económicos fundamentais. Em Portugal, no corrente ano foram já assassinadas trinta e três pessoas em contexto de violência doméstica, destas vinte e cinco são mulheres, uma menina e sete homens. A violência doméstica é um flagelo social que engloba fatores de ordem económica, social, psicológica e cultural e contextos pessoais e sociais diversificados. A violência na família assume diversas formas, afeta diversas classes sociais, é uma incontestável violação dos direitos humanos que põe em causa a relação de liberdade, de respeito mútuo e a igualdade de direitos entre homem/mulher na família, tal como é expresso na Constituição. Para algumas mulheres, o maior número de vítimas, são razões de ordem cultural que as impede de romper com o ciclo de violência a que estão sujeitas no seio da família. Para outras - a grande maioria - crescem barreiras económicas e sociais e a falta de alternativas para (re)começar uma nova vida, porque à violência doméstica acresce tantas vezes a violência exercida pelo Estado que permite o elevado desemprego feminino, a precariedade laboral, os baixos salários e discriminações salariais. A violência*

doméstica é uma das formas mais visíveis da violência contra as mulheres e é também aquela que maior condenação acolhe por parte da opinião pública, no entanto, existem outras formas de violências - no namoro, no trabalho, a prostituição - que são silenciadas e até toleradas, facto que deve merecer de todos total condenação. Portugal tem um importante património de legislação relativa à prevenção e combate à violência doméstica, para o qual muito contribui a intervenção do PCP e do PEV, e têm vindo a ser adotados também diversos instrumentos de intervenção, mas a verdade é que as lacunas e insuficiências persistem sobretudo no campo da operacionalidade das medidas e na amplitude do seu alcance, por exemplo, territorial. Por considerar que a violência contra as mulheres, bem como todas as formas de violência, constituem um obstáculo à concretização dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz, ao violar, dificultar ou anular o gozo dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove delibera: Um - Condenar todas as formas de violência contra as mulheres e solidarizar-se com todas as famílias das vítimas; Dois - Instar o Governo a desenvolver uma resposta pública, articulada e coerente que garanta, no domínio da violência doméstica, a igualdade em todo o território nacional; Três - Instar o Governo a proceder à avaliação dos instrumentos que têm vindo a ser criados, bem como o grau de implementação do conjunto de medidas adotadas até ao momento; Quatro - Instar o Governo a proceder ao reforço dos meios financeiros, humanos e técnicos que permitam que os diversos serviços públicos e os seus profissionais estejam em condições de assumir as suas responsabilidades. Cinco - Instar o Governo a desenvolver uma resposta pública, articulada e descentralizada (questão nuclear para que se enfrentem e superem as dificuldades e insuficiências que tem vindo a ser apontadas no domínio do

combate à violência doméstica”. Posta à votação foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M. PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para apresentar uma **Declaração Política**, do seguinte teor: “Consideramos que o nosso Município possui locais que pelas suas características, deveriam ter videovigilância por um lado, por ser dissuasor em casos de rixas, vandalismos, tráfico e assaltos e, por outro, por ser crucial no auxílio às autoridades policiais na descoberta da verdade nessas situações! Esses locais vão desde Monumentos Classificados, zonas de animação noturna, Centro histórico, zonas de tráfego automóvel e zonas pedonais para além do Centro histórico como são a Ecovia do Rio Este ou o Parque da Ponte. A admissão da instalação de Câmaras de vigilância é um processo complexo que necessita de parecer da Comissão Nacional de Proteção de dados e de autorização do Ministério que tutela a Entidade que vai monitorizar as Câmaras de Vigilância, entre outros procedimentos! Vários Municípios portugueses estão em vias ou têm vindo a implementar esses sistemas de videovigilância e devido à satisfação pelos resultados obtidos, equacionam ampliar as zonas de atuação dessa Videovigilância. Falamos de Autarquias como Amadora, Lisboa, Porto, Leiria, Faro, Olhão, Portimão Aveiro, Barcelos, Batalha, Estarreja, Loulé, Ponte de Lima, Setúbal, Tomar e Vila Franca de Xira entre outras! Em nossa opinião, o Executivo Municipal de Braga deveria solicitar à PSP, à GNR e outras entidades que considere relevantes, um estudo que indique quais as zonas que considerariam prioritárias para implementação desses sistemas de videovigilância e que após o referido estudo, o Executivo Municipal apresente uma proposta para a sua implementação à Assembleia Municipal!”. Depois, foi a vez do **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS** apresentar outra **Declaração Política**, que

mencionava: “Sabemos que muitas reivindicações que estão na base da última manifestação dos profissionais da PSP e da GNR, são inteiramente justificadas. Em julho de dois mil e dezoito foi aprovada uma recomendação nesta Assembleia Municipal, onde o Grupo Parlamentar do CDS-PP alertava para as dificuldades que se faziam sentir nos profissionais das forças de segurança portuguesas. Pese embora a recomendação ter sido enviada ao Ministério da Administração Interna e aos respetivos partidos com assento parlamentar na Assembleia da República, continuamos sem solução à vista. A falta de material e de equipamento, postos e esquadras em condições deploráveis, insuficiência de efetivos em algumas zonas do país, são queixas com grande fundamento. Face a este preocupante panorama, importa destacar alguns dos aspetos que têm vindo a ser esquecidos, atrevemo-nos a dizer, convenientemente esquecidos e eles são: o respeito às carreiras e remunerações. Ao longo de décadas os sucessivos governos foram ou tentaram arranjar uma forma de aumentar os salários da PSP e da GNR de forma estruturada, porque isso implicaria redesenhar por completo a organização de carreiras e de categorias profissionais, uma caixa de pandora que ninguém queria abrir. Em compensação criaram-se subsídios e foi-se aumentando o seu valor, subsídio de patrulha, subsídio de operações especiais, subsídio de binómio cinotécnico, subsídio de fardamento, etc. Em resultado, entre vinte e cinquenta por cento da remuneração mensal de um elemento das forças de segurança, depende de subsídios que são variáveis o que faz com que uma parte importante dos polícias e dos militares da GNR não saibam ao certo quanto ganham por mês. Em síntese, em vez de se pensar as remunerações de maneira racional e sustentável, optou-se por ir colocando remendos. A alteração deste estado de coisas é onerosa, mexe com interesses corporativos e, por isso, conta com a firme oposição de sindicatos e associações profissionais. Porém, se nenhum governo

tiver a coragem de mexer neste aspeto, o problema continuará a agravar-se. O valor político dos subsídios. Na época do programa da assistência financeira, ao qual Portugal se encontrava sujeito, foi possível aumentar o subsídio do fardamento em cem por cento, passando de vinte e cinco euros mensais, para cinquenta. Este complemento salarial tem duas particularidades. Está isento de tributação fiscal e não obstante se designar de fardamento, pode ser usado para qualquer fim, sendo, por isso, parte do salário. Na altura, foi proposto aos representantes sindicais a alternativa de ser o estado a fornecer o fardamento, o que, naturalmente, implicaria o fim do sito subsídio. Sem surpresa, os sindicatos não aceitaram a proposta, entre outras razões, porque a manutenção dos subsídios lhes permite afirmar que o salário de muitos polícias ronda os setecentos euros, esquecendo-se de referir que este valor é o salário base e desta forma conseguir a simpatia da opinião pública para mais reivindicações. Quanto à falta de efetivos. Há zonas do país onde faltam profissionais. Por outro lado, os poucos que estão ao serviço têm mais de quarenta e cinco anos de idade. É a mais absoluta das verdades. Contudo, esquecem-se, habilmente, os sindicatos e as associações profissionais, que parte do problema se deve à alocação de recursos humanos, em particular, aos milhares de elementos da PSP e militares da GNR, que se encontram em funções de apoio operacional, vulgo funções administrativas ou de secretaria. São funções cobiçadas, desde logo, porque decorrem em horário de expediente, não implicando, por isso, a realização de turnos bastante penosos. Os representantes sindicais, não o referem, porque têm associados a desempenhar funções de apoio operacional, que, obviamente, desejam manter. Uma melhor alocação de recursos, não resolverá a falta de pessoal, até porque há funções administrativas, que só podem ser realizadas por gente da PSP e da GNR, mas ajudaria bastante a mitigar o problema. Quanto ao aparecimento do movimento

zero. Criado há não muito tempo por profissionais da PSP e da GNR, não tem liderança, nem se conhece porta-vozes. É aquilo que agora se chama movimento inorgânico. Teme-se que nas suas fileiras haja gente de extrema direita e indivíduos apostados em destabilizar as forças de segurança, situação esta inqualificável e de uma perigosidade com contornos em ascensão. Estamos conscientes que os esforços para o diálogo serão um bom ponto de partida. Contudo, compete à Assembleia da República e ao Ministério da tutela um papel mais pró-ativo no sentido de se acertarem medidas que até agora, somente, remendaram casuisticamente o irremediável”. Outra **Declaração Política** foi presente, agora, pelo **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO**, salientando que: “Seis anos, o tempo já cumprido desde que este Executivo foi eleito pela primeira vez, e que corresponde já a metade do tempo máximo que Ricardo Rio pode, no limite, estar à frente dos destinos do Município de Braga. Este é, por isso, tempo mais do que suficiente para se fazer uma análise franca, elevada, mas também exigente da governação da maioria Juntos Por Braga à frente dos destinos do Município. Na verdade, só regressamos a este tema, a este balanço, depois de na sessão da Assembleia Municipal de dezoito de outubro deste ano, o Deputado João Marques ter feito neste mesmo fórum uma intervenção inflamada, quase febril, de exaltação das virtudes mil da atual governação e de como, apenas seis anos, tinham bastado para transformar Braga, a errática cidade do betão, numa cidade moderna, inovadora, cosmopolita, sustentável, com inúmeros parques verdes, inclusiva e com uma rede social capaz, sempre, de responder às dificuldades de muitos cidadãos e famílias, uma cidade sem problemas de trânsito, com serviços municipais rápidos e eficientes, uma urbe extraordinária em todas as dimensões. Este, grosso modo, foi o conteúdo melífluo dessa intervenção que, como todas as intervenções não

ancoradas na realidade, no concreto, foi, ao fim de muito pouco tempo, desmentida e contrariada pela crueza da realidade. Na verdade, bastaram, apenas, vinte e quatro horas para o discurso proclamatório e febril da ilusão ir, literalmente, por água abaixo. Um dia com chuva mais forte bastou para Braga abrir todos os telejornais do país e não, infelizmente, não foi pela eficiência do sistema municipal de escoamento de águas pluviais, mas, antes, pelas inúmeras cheias, por ruas intransitáveis, por túneis fechados ao trânsito, A atual Câmara Municipal vive de planejar, projetar, discutir, vive da pompa e circunstância dos números mediáticos, dos espampanantes anúncios, mas tem uma enorme dificuldade, uma confrangedora incapacidade de fazer, de executar, de concretizar. Veja-se, o extraordinário e liminar exemplo do anúncio de hoje nos dois jornais da cidade - a propósito da apresentação do Plano Estratégico de Mobilidade Urbana Sustentável - que Ricardo Rio diz ser uma prioridade absoluta para o desenvolvimento do território. Tudo isto está, senhoras e senhores, muito certo. É algo urgente, absolutamente necessário e salta à vista de todos. O que não está certo, o que é feio, o que não é sério e é, na verdade, profundamente revelador da incapacidade da atual maioria para liderar os destinos do nosso Município, prende-se com o facto de já em dois mil e dezasseis, mais propriamente a dezanove de setembro de dois mil e dezasseis, num suplemento de quinze paginas a cores, num jornal local, mais um número caro e faustoso, como todos os outros que esta Câmara faz em termos de comunicação, a Câmara ter anunciado as linhas mestras deste tão novo propalado novo plano de mobilidade. E, não se surpreendam, estava lá tudo. A criação de um sistema regente de Transportes Coletivos ao longo de quinze quilómetros, o Anel da Mobilidade, na zona mais densa e plana da cidade com uma área de influência de cem mil pessoas utilizando o BRT - Bus Rapid Transit,

a instalação, a Este e Oeste da Cidade, nos extremos do Anel da Mobilidade, de interfaces físicos capazes de convidar os automobilistas a optarem pelo Transporte Coletivo, o projeto ciclável, com a execução de setenta e seis quilómetros de vias cicláveis, sistema de "Bike Sharing" com mil bicicletas e mil e quinhentos Dock Stations, distribuídas por setenta e cinco parques, a semaforização inteligente da cidade, imperativo incontornável para a mudança de paradigma do modelo de mobilidade, passando a prioridade a ser dada às pessoas, criando ondas verdes para os ciclistas e prioridade para o Transportes Coletivos em detrimento do automóvel, não esquecendo, obviamente, os interfaces funcionais e a integração de ferramentas tecnológicas de última geração, tecnologias de informação e comunicação com sensores capazes de medir a mobilidade, capazes de medir interrupções dos fluxos prioritários e de, automaticamente, se ajustarem à criticidade e à frequência sempre variável ao longo do dia e do ano, de uma forma inteligente, minimizando o consumo energético e melhorando o conforto de quem se desloca na cidade. Será, ainda, monitorizada a localização dos autocarros, a contagem da entrada e saída dos passageiros e será possível a comunicação entre um centro de controlo e o motorista, assim como a ligação ao autocarro de modo a retirar diversos dados (isto é, funcionamento, velocidade, consumos, avarias) permitindo assim uma abordagem ativa por parte da Manutenção pelo recurso à telemetria. A cidade será, ainda, dotada de bilhética 'user friendly' e escalável. Pois é. Fantástico. Planos, mais planos, estratégias e mais estratégias, entrevistas, suplementos, jornais, anúncios, conferências de imprensa e outras coisas mil e, no fim do dia, e três anos após, o anúncio, repetido, de planos, mais planos, estratégias e mais estratégias, entrevistas, suplementos, jornais, anúncios, conferências de imprensa e outras coisas mil. Enquanto isso, nestes três anos de muito pão e circo, a cidade

viu agravarem-se os problemas de trânsito de forma assustadora, sempre sobre o olhar impotente dos responsáveis do município que nunca foram capazes de antecipar problemas e de, em tempo útil, responder aos muitos problemas que, era claro aos olhos de todos, se iam avolumando dia após dia. É confrangedor, verdadeiramente confrangedor, é mesmo de uma pobreza franciscana que após três anos deste grande suplemento onde eram apresentadas as linhas gerais do Plano de Mobilidade, o Sr. Presidente da Câmara traga como solução o anúncio das Linhas "Um Pouco Mais" Concretas desse mesmo Plano, dando, mais uma vez, uma não resposta e nenhuma solução para aquele que é, hoje, um dos maiores pesadelos da nossa Cidade e do nosso Concelho. Este é apenas um dos casos, de entre muitos, que revelam a pouca habilidade da atual maioria para governar o Município. Mas há mais. A Câmara, nos últimos seis anos, viveu permanentemente embriagada da sua própria festa, dos seus muitos eventos, certames, concertos, exposições, rallys e outras coisas mais e, por tudo isso, descurou todos os sinais de crescimento populacional, nomeadamente a chegada de trinta mil cidadãos estrangeiros, que hoje, sem nenhuma intervenção estrutural de vulto, sem nenhuma capacidade de antecipação, sem nenhuma estratégia alternativa em termos de mobilidade, fazem com que o trânsito esteja num estado verdadeiramente lastimável, tornando-o numa das maiores dores de cabeça da cidade atual. Hoje, para além de ao mínimo sinal de chuva a cidade se tornar intransitável, com, tal como já disse acima, ruas fechadas, túneis encerrados à circulação, hoje são muitos os autocarros da TUB, essa empresa que nos últimos anos se modernizou e tornou uma referência, que apresentam a possibilidade, numa modalidade também ela inovadora, de os utilizadores fazerem "Bus Surfing", tal a quantidade de água que chove dentro dos mesmos; O não cumprimento, o não pagamento de obras já executadas há meses, algumas

há anos, tornou-se, com o atual executivo, prática corrente e são já bastantes as empresas que, conhecido que é este procedimento (que sufoca as Juntas de Freguesia e as Empresas), se recusam a realizar obras e a prestar serviços para o município, ao mesmo tempo que este gasta, anualmente, milhões de euros em eventos e aquisições de serviços de qualidade altamente duvidosa; A gestão dos jardins e espaços verdes é uma gestão para turista ver. Se no centro, no coração da cidade, se vai notando algum cuidado, algum decoro com a manutenção dos jardins e demais espaços verdes, basta sair do centro para se notar uma total falta de esmero, uma ausência total de manutenção e de zelo que, é importante que se diga, é fruto de uma gradual degradação e desvalorização destes serviços municipais que, apesar de muito boa vontade, não têm nem meios, nem recursos humanos para poderem realizar devidamente este trabalho; Infelizmente, a degradação e a desvalorização dos serviços municipais, não é exclusiva do sector dos jardins e dos espaços verdes, sendo hoje, por manifesta falta de liderança política e, inevitavelmente, de organização adequada, comum à esmagadora maioria dos serviços municipais, com milhares de bracarenses a sofrerem na pele as consequências desta realidade, quando, por exemplo, pretendem tão somente tratar de uma licença de construção ou de utilização para a sua habitação e desesperam meses, anos até, para obterem uma resposta. Este cenário é, infelizmente, o cenário com que, diariamente, centenas de bracarenses se deparam na sua relação com os cada vez mais ineficientes serviços do município que a gestão política tem a obrigação preservar, qualificar e valorizar; A falta de creches é, atualmente, outro dos problemas graves do nosso Concelho. Há muitos anos, com o PS, a Câmara de Braga quis ter Jardins de Infância para todas as crianças. Entendeu que isso era uma prioridade e, por isso, avançou para a construção, por todo o Concelho, de um conjunto de equipamentos que

permitted termos Jardins de Infância para todos e não apenas para as crianças cujos Pais as poderiam colocar em Jardins de Infância de colégios privados. Hoje são muitas as famílias, demasiadas, assim o dizem as infundáveis listas de esperanças poucas Creches do Concelho, que não conseguem vagas nas Creches para os seus filhos, deixando a nu uma gritante escassez de oferta que o Município, mais uma vez, não foi nem capaz de identificar, nem, como deveria, de antecipar, planeando uma resposta para uma questão que hoje cria muitos e graves problemas a muitas jovens famílias, somando, assim, um conjunto de entraves e de dificuldades ao processo, já em si nada fácil, de emancipação e de início de vida independente destas famílias; Este é o cenário mais próximo da realidade atual, menos maquiado pela propaganda. Somos uma grande cidade e um grande concelho. Já o somos há muito. Há mais de dois mil anos. Já o éramos muito antes do PS e já o éramos, obviamente, antes da direita conquistar a liderança do município. Mas é tempo de a Direita vaidosa, plena de soberba, que acha que já fez muito, e que só faz bem, desça do pedestal e ouça a cidade. As prioridades políticas da atual gestão são erradas, não são as mais corretas e não correspondem às maiores preocupações dos bracarenses. Dando apenas alguns exemplos, dizer que uma Câmara que permanentemente se queixa de não ter dinheiro, de querer vender o Estádio, quando o PS, sempre cumpriu com o serviço da dívida do Estádio, da SGEB e com todo o demais e nunca deixou de avançar, de executar, de concretizar, de ter um projeto claro de desenvolvimento e de progresso para o Concelho, não pode gastar mais cem mil euros em iluminação de Natal face ao ano passado, não deve, não faz sentido, é faustoso e desnecessário, assim como não deve, anualmente, aumentar o orçamento da Noite Branca e da Braga Romana, entre muitas outras, em grandezas de vinte e cinco por cento e trinta por cento. Na verdade, poder até pode, mas depois falta o

*dinheiro para o essencial, para o prioritário e a culpa não é do estádio, nem do passado. A culpa é de quem quer continuar a usar a lógica do pão e circo, do entretenimento, ainda que isso signifique deixar para tão menores, aos seus olhos, obviamente, como a educação, a área social, o desporto, o ambiente ou as freguesias”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO CATORZE BARRA DOIS MIL E DEZANOVE, DE DEZOITO DE OUTUBRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número catorze barra dois mil e dezanove, referente à sessão ordinária de catorze de outubro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada por unanimidade**. **PONTO NÚMERO DOIS – CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE BRAGA – CEDÊNCIA DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA EB UM DO BAIRRO NOGUEIRA DA SILVA**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de quatro de novembro do ano em curso, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativa à proposta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, para a cedência das antigas instalações da EB um do Bairro Nogueira da Silva, com vista à instalação de um Centro de Prevenção e Estimulação na Demência, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade**.*

PONTO NÚMERO TRÊS – OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA PARA DOIS MIL E VINTE E MAPA DE PESSOAL. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e oito de outubro do ano em curso, relativa às Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Braga para dois mil e vinte e Mapa de Pessoal, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas.*

Colocada à discussão, começou por usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, para dizer que gostaria de iniciar a sua intervenção de uma forma, que não era aquela, que iria usar agora. Quando se dirigia para a Assembleia Municipal, por volta das vinte e vinte, e na rotunda da Força Aérea, na variante do Fojo, quem o transportava teve que reduzir a velocidade, porque na passadeira tinha sido atropelada uma senhora. Ainda não estava lá o INEM, tendo ficado preocupado. E dizia isso porquê? Era que a chover, a quase totalidade das passadeiras do concelho de Braga, não eram visíveis. E como ali tinha dito muitas vezes, eram autênticas ratoeiras. E isso devia envergonhá-los, porque a segurança das pessoas estava acima de tudo e sempre que existia um acidente na via pública, sobretudo, numa passadeira, deveriam refletir, maduramente, o que andavam a fazer. Isso tinha sido repetido, ali, à exaustão. Congratulavam-se, muitas vezes, com coisas bonitas que se faziam, coisas que os enchiam de orgulho e que todos participavam, mas, a verdade, era que aquelas cenas, repetiam-se, não diria todos os dias, mas repetiam-se com uma frequência, que deveriam evitar. Há anos que isso era, ali, repetido. Começaria por dizer, que um plano de mobilidade na cidade de Braga,

de acordo com aquilo que estava previsto no Plano de Atividades, nas Grandes Opções do Plano, não tinha validade nenhuma se não contemplasse a segurança das pessoas. E começava por ali. Como gostaria de ter começado aquilo? Gostaria de ter começado evitando aquela primeira intervenção e dizer que esta Município tinha vindo a arrecadar cada vez mais receitas e que poderia dizer, sob o ponto de vista mais popular, que tinham assistido a um enorme aumento da carga fiscal, em termos de impostos diretos, indiretos, multas e outro tipo de sanções económicas. Reparassem que só em impostos indiretos, o Município projetava mais sete por cento. Passava de quarenta e seis milhões, para quase cinquenta milhões de euros. E se juntassem a isso aquilo que eram os impostos indiretos, multas, coimas, taxas e outros, isso iria para perto dos cinquenta e cinco milhões, o que correspondia a cerca de cinquenta por cento daquilo que eram as receitas do Município. Estavam a falar de um volume de grandeza de cobrança enorme que não confundia, ali, com a confusão feita a nível nacional. Era mesmo uma receita e era uma receita boa. Mas isso, ao contrário daquilo que poderia ser um aproveitamento, para a valorização do Município a vários níveis, não existia, porque de ano, para ano, viam uma degradação permanente daquele que era o espaço público e as funções sociais da Câmara Municipal de Braga. Começaria, até, por dizer que no capítulo da educação e não fugindo a uma questão que era muito importante, a questão das refeições, achava que tinha sido errático, aquilo que tinha sido a intervenção do pelouro da educação, nessa matéria. Diria mesmo que, nesse capítulo, a contratação do serviço de refeições generalizado, uma responsabilidade direta do Município, foi contratualizada a partir de mil novecentos e noventa e sete, entre o Ministério da Educação e Associação Nacional de Municípios, que delegou na Câmara Municipal de Braga. E também dizer que a partir de dois mil e oito, através de um documento legal, o

Município de Braga passou a gerir todos os funcionários, quer fossem assistentes operacionais, quer fossem funcionários administrativos, quer fossem técnicos. Ora, o que acontecia, se juntassem isso àquilo que estava previsto, também legalmente, em termos de interrupção letiva, tinham que considerar que a responsabilidade primeira era da Câmara Municipal de Braga. E a Câmara Municipal de Braga que, no início, até elogiada pelo Partido Socialista, acabou por ter uma política positiva, relativamente à educação, tinha vindo a esquecer-se desse pormenor. O Partido Socialista apresentou, para que fosse discutido na Câmara Municipal de Braga, uma proposta, que esperava fosse refletida e bem analisada, porque daí poderia a Câmara vir a dizer que era, efetivamente, um Município amigo das famílias e poder, dessa forma, assumir aquilo que era a sua verdadeira responsabilidade. Mas havia uma situação, ainda subjacente àquele ponto, que achava que foi de uma desconfiança absoluta, pelos Presidentes das Juntas de Freguesia, quando a Sr^a. Vereadora pediu aos agrupamentos escolares dados, que deveriam ter sido pedidos, naturalmente, a quem contratou esse serviço, que foram as Juntas de Freguesia. E não o fez. E, para si, num ato de desconfiança, que achava não ter classificação. E era evidente que as Juntas de Freguesia eram parceiros em todo o processo educativo. As Juntas de Freguesia eram parceiros em todo o processo de desenvolvimento do Município e, infelizmente, isso não estava a acontecer e cada vez mais acontecia menos, ao nível daquilo que era a política municipal. Falando, ainda, daquilo que era a realidade da intervenção das Juntas de Freguesia, lembrar que em dois mil e treze, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, disse que com ele as Juntas de Freguesia seriam dignificadas e que naquilo que seriam as obras, que não seria deliberado delegar obras nas Juntas de Freguesia, se não houvesse a certeza que haveria financiamento específico e que se não houvesse a certeza de

que essas obras pudessem ser executadas, não se faria. O que estavam a assistir, era, efetivamente, a um constante avolumar de delegação de obras e, depois, não existia aquilo que era a sua continuidade e a sua execução prolongava-se por vários anos, contrariando, dessa forma, aquilo que foi proposto e pensado pelo Município de Braga e, particularmente, pelo Sr. Presidente da Câmara. Isso para dizer, que aquele Plano de Atividades, as Grandes Opções do Plano, relativamente a algumas matérias, era, efetivamente, a continuação da mesma política, duma política que tinha parado o Município e que, infelizmente, observavam todos os dias. A degradação do espaço público, a falta de conservação dos passeios, a falta de conservação dos pavimentos, a deficiente iluminação pública, a falta de varredura e de limpeza da cidade mantinha-se e não viam, sinceramente, nada que resolvesse essa situação. Depois falando, porque não queria ocupar muito do tempo, de uma grande preocupação que, ali, já foi manifestada, que tinha a ver com as questões da mobilidade, que eram extremamente importantes para que uma cidade não parasse. Se isso acontecesse, deixaria de ser atrativa, deixava de ser uma cidade que promovia o seu desenvolvimento e atratividade a vários níveis. E, infelizmente, hoje, como já havia sido dito na declaração política do PS, existiam graves problemas, graves constrangimentos naquilo que era a mobilidade da cidade. Era evidente que o PS, como já foi ali dito, iria associar-se naquela que era uma obra que reputavam de grande interesse, a questão do nó de Infias, mas gostava de dizer que esse não era o único constrangimento. E como já ali foi dito, e infelizmente não aparecia de forma bem visível naquelas Grandes Opções do Plano, os problemas estavam, muitas vezes, a montante e se um dia quisessem pensar num plano de mobilidade a sério, tinham que pensar numa realidade à qual Braga não podia fugir, que era o quadrilátero urbano. O quadrilátero urbano era, hoje, o responsável pelo

grande fluxo de trânsito entre as quatro grandes cidades deste distrito e se não houvesse opções em mobilidade quer em termos de transporte, quer em termos de vias ou diversidade de transportes, iriam continuar a ter imensos problemas. Uma outra questão de mobilidade que ali alertava, tinha a ver com a mobilidade pedonal. A cidade estava cheia de pilaretes, alguns até em passeios, o que dificultava a mobilidade, sobretudo, das pessoas com reduzida mobilidade, cadeiras de rodas ou com fraca visão, como era o seu caso e isso causava imensos problemas. Falando das ruas, para ser mais específico, dizer que foi aprovado em reunião de Câmara, e bem, e depois na Assembleia Municipal, uma proposta que visava acautelar a conservação e manutenção das ruas. Onde estava esse plano? Onde estavam essas obras de recuperação de ruas? Um caso que se passava em Gualtar, numa rua que tinha vindo a ser intervencionada pela Agere e que esta empresa recebeu instruções da Câmara Municipal de Braga, que iria ser intervencionada nesse tipo de empreitada. Não iria acontecer, iria esperar por melhores dias. E perguntava onde essas obras tinham sido feitas? Foram aprovadas, ali, sem ter ruas especificadas, mas compreendia-se que era uma bolsa de conservação, para as ruas que tivessem problemas, em termos de trânsito. Dizer que, infelizmente, que o que se constatava, era que apareciam propostas que, depois, não tinham concretização no ano seguinte. Era uma pena que assim fosse. Fanado de uma outra questão, que tinha a ver com aquilo que era, hoje, um problema, as questões da demografia, da natalidade e dizer que, como já foi, ali, dito, Braga era a cidade mais jovem, aliás, na boca do João Alcaide, o que era verdade, confirmava-se, Braga era das cidades mais jovens da Europa, mas a verdade era que não existiam políticas que fizessem com que os jovens pudessem constituir família, que eles próprios pudessem alavancar a sua vida, com base numa habitação. Esperava, sinceramente, agora que o Executivo

Municipal foi remodelado e a Dr^a. Olga Pereira assumiu funções naquela área de tão grande importância, no pelouro da habitação, pudessem rapidamente ultrapassar um atraso que não tinha compreensão para um Município, dos poucos Municípios, que tinham uma empresa municipal de habitação, que já deveria ter a sua estratégia local de habitação aprovada, para dessa forma poder ocorrer àquilo que era a política promovida pelo atual governo, sob o ponto de vista da habitação e, dessa forma, poder projetar apoios importantíssimos. A habitação era a principal alavanca que projetava a sociedade e projetava uma família. Sem ela, dificilmente, se constituía uma cidade justa e digna. Aquela era uma preocupação que esperava que, efetivamente, a novel Vereadora da habitação pudesse dar curso a isso, por ser uma grande prioridade e pudesse, dessa forma, também, honrar aquilo que foi o facto de Braga ser das cidades que tinha, desde há longo tempo, uma empresa municipal de habitação. Em termos do ambiente, dizer que, efetivamente, o que era projetado ao nível do Município, era muito pouco. Não sabiam, exatamente, e de forma bem específica, que intervenções se projetavam para aquela que era a grande obra, sob o ponto de vista ambiental da cidade, que era o Parque das Sete Fontes, que achava iria continuar mais o próximo ano sem intervenções bem específicas e bem determinadas, continuando-se a assistir àquilo que deveria ser um projeto que, aliás, corporizava todos os Bracarenses, ficar mais uma vez adiado e mais uma vez esquecido. Disse, ainda, que aquele Plano de Atividades não contaria com o apoio do Partido Socialista. Naturalmente, contaria com o apoio das Juntas de Freguesia, caso assim o entendessem, que teriam liberdade de voto, mas para poderem especificar, ainda muito melhor, bastava ver aquilo que eram os planos plurianuais de investimento. Estava lá muitas obras, mas a datação era praticamente inexistente ou inexistente. O valor de cada uma delas não existia e isso deixava ficar e contrariava aquilo

que o Senhor Presidente da Câmara disse em dois mil e treze e dois mil e catorze. Ninguém sabia o que poderiam contar, porque estavam lá metidas muitas obras, algumas já previstas há vários anos, mas a verdade era que não sabiam a data da realização e continuavam, de certa forma, num processo, numa neblina onde não se sabia, exatamente, o que se iria fazer. Aquela era a apreciação que o Partido Socialista fazia, e não se retiraria sem antes fazer, ali, também, uma declaração que lhe parecia muito importante. Há uns dias, num jornal de informação local, vinha uma notícia muito curiosa, que dizia que o que faltava pagar do estádio eram vinte e quatro milhões e que a Câmara Municipal de Braga contraiu, durante este ano, empréstimos de vinte e quatro milhões. Portanto, se se contraíram empréstimos de vinte e quatro milhões e havia uma dívida de vinte e quatro milhões, o argumento de que o estádio era um peso, achava que era varrido. Mas, consultando aquilo que eram os documentos para dois mil e vinte, era curioso notar-se que a dívida para com o estádio e o parque urbano, ou parque norte, era de quinze milhões de euros e que em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, a dívida para o estádio municipal e parque norte, era de dez milhões de euros. “Senhor Presidente da Câmara, conte com o Partido Socialista, para as obras que estão projetadas, não serão aquelas que nós gostaríamos de ver contempladas, muitas delas são aquelas que nós gostaríamos de ver contempladas, ma temos sérias dúvidas que se concretizarão. A verdade é esta e gostaríamos é que aqueles esqueletos que, efetivamente, são sempre, aqui, desembainhados ou tirados do bolso do nosso caro amigo João Marques, possam, efetivamente, descansar em paz e trabalhar no sentido de promover o concelho e trabalhar para que aquilo que são apostas e propostas do Município se possam efetivar. Porque há uma coisa que eu lhe posso dizer, infelizmente, nós todos os anos constatamos, que o Município de Braga, faz como, aliás, tanto gostam de

dizer do governo central, cativações. É verdade, cativações. Porque, quando se projeta uma intervenção de cem por cento e só se executa sessenta por cento, ou quarenta por cento, como acontece nas funções sociais, eu direi que retiraram sessenta por cento das funções sociais, era uma cativação e também retiraram quarenta por cento de obras, era, também, uma cativação. Espero que quando podermos aprovar ou discutir e analisar o Relatório em dois mil e vinte e um, de dois mil e vinte, nós possamos ver uma execução largamente superior àquilo que foram os relatórios que temos vindo a analisar, nos anos anteriores, onde as execuções se pautam nos sessenta e nos quarenta por cento. É esta a intervenção que o Partido Socialista faz relativamente a estas questões”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, que, antes de dar início ao seu discurso, disse que queria manifestar, por lapso e na precipitação das declarações de voto, esqueceu-se no período de antes da ordem do dia, subscrever os votos de condolências pelo falecimento do Dr. Fortunato, apresentar os seus pêsames à Dr^a. Rosalina e, evidentemente, também, desejar sucessos profissional ao Dr. Miguel Guimarães, que, pelos vistos, iria mudar de empregadora. Disse, depois que: “Da análise do plano de atividades queremos destacar três dimensões que nos parecem cruciais e prioritárias e que no Plano não têm o relevo que merecerem, parecendo não estar vertidas nas preocupações deste executivo: a habitação, o emprego, a mobilidade, a proteção social. De resto, tudo o que é apresentado mantém a tônica na elaboração de planos, na concretização através de projetos (pontuais, limitados no tempo e cirúrgicos), sem que sobressaia, mais uma vez uma ideia de cidade. Braga é a terceira cidade do país e tem sido muito procurada por imigrantes. Este dado inverteu a tendência da quebra demográfica e que coloca vários desafios que não estão explanados neste plano de atividades. Desde logo, a questão da

habitação e da oferta pública de habitação. Demos conta de que há um menos investimento e que não está previsto uma intervenção na área, até como medida de controlo da especulação imobiliária, de regulação do mercado e da gentrificação que é visível, sobretudo no centro da cidade. Ao que tudo indica, todos os projetos de reabilitação anteriores a dois mil e treze, suspensos durante a crise e o período de austeridade, estão no terreno, sem que tenha sido feita uma reavaliação à luz dos conceitos de preservação do património e do interesse histórico mais atuais e do caráter único em termos de arquitetura de interior dos edifícios, alguns centenários, que estão a ser reabilitados e transformados em banais prédios para alojamento local. Esta realidade impede as famílias de médio e de baixo recursos de habitarem na cidade, que quase de um ano para o outro se transforma numa espécie de "resort turístico urbano", desregulado, com edifícios de interesse arquitetónico e patrimonial esventrados, com esplanadas a pulular como cogumelos, criando obstáculos à circulação de peões, onde se incluem as pessoas com dificuldades de mobilidade. Há um incentivo à atividade turística, apresentada como muito positiva, ignorando más experiências noutras cidades europeias, que já inverteram esta lógica de criar alojamento local em todo o lado, de atribuir licenças para restaurantes e bares de modo indiscriminado e sem proceder, a título de exemplo, à reconfiguração dos momentos de limpeza e de recolha de lixo nas artérias que têm estabelecimentos noturnos. No nosso entender, esta linha de favorecimento acaba por penalizar a diversidade da oferta comercial do centro da cidade, tornando-a numa gigantesca praça da alimentação a céu aberto e expulsando outras atividades comerciais para outras zonas da cidade ou perdendo-as de vez, devido à concorrência desleal com os centros comerciais, que continuam a oferecer estacionamento gratuito. A este nível, parece-nos que não há articulação de medidas entre os pelouros do

urbanismo, do espaço público e da habitação, nem sequer isso é interpretado como um problema. Essa desarticulação é tanto mais visível, quanto pensarmos na mobilidade. Não vislumbramos medidas concretas, a curto prazo, de dissuasão de utilização do veículo automóvel individual, acompanhada por uma aposta clara no transporte coletivo urbano e intermunicipal. Ora, fica a questão ano ar: como pensará este executivo concretizar as medidas de descarbonização, de cidade verde, de desenvolvimento sustentável, se ainda não mudou de paradigma? Estará a autarquia preparada? A CIM, cujo presidente é o edil bracarense, já entendeu que tem de articular, entre os concelhos, os movimentos pendulares? Não basta distribuir as verbas vindas do fundo ambiental. É preciso criar uma rede de transportes coletivos, já agora, públicos, entre os concelhos da CIM do Cávado, com a CIM do Ave e com a área metropolitana do Porto. Não nos cansamos de afirmar. A solução do Nó de Infias passa muito mais por tirar de lá os automóveis do que pelo alargar estradas ou construir mais viadutos. É necessário transporte público, frequente e de qualidade entre os concelhos de Braga e os concelhos onde residem muitas pessoas que todos os dias precisam de vir trabalhar ou estudar para Braga. Sendo Infias o ponto mais crítico, não é, no entanto, o único onde se faz sentir a falta de transporte coletivo. Muitas centenas de habitantes de Barcelos, da Póvoa do Lanhoso, de Vila Verde, de Amares, de Terras de Bouro e de Famalicão ou de Guimarães deslocam-se diariamente para Braga sem outra alternativa de mobilidade que não seja o automóvel individual. A referência do Plano à importância estratégica do comboio limita-se ao hipotético incremento turístico, sinal de que no executivo não há noção de interface, nem de movimentos pendulares entre concelhos. "Emprego no topo da agenda"! Anuncia-se, quase pomposamente, logo no início do Plano de Atividades! Mas em que condições? Braga vai continuar uma cidade prestadora de serviços a baixo preço,

conduzindo um exército de trabalhadores precários, para empresas de trabalho temporário, sem direitos, baixos salários, longas jornadas de trabalho e, em muitos casos, trabalho por turnos. Este emprego é incompatível com a vida familiar, obriga os pais a deixar mais tempo as crianças nas escolas e nos ATL, inventando-se atividades, de interesse e de qualidade que ninguém afere. A mão-de-obra jovem e qualificada é sobretudo apetecível para as empresas de call center, que são as que mais violam os direitos de quem trabalha, são máquinas produtoras de doenças, nomeadamente do foro psíquico, que impedem a formação de famílias jovens. Relativamente à proteção social numa manifestação de liberalismo "bacoco", não se confunda com barroco, insiste-se no empreendedorismo social apelidado de "inovador", que de inovador nada tem, antes pelo contrário, as múltiplas experiências, salvo raras exceções, conduziram a insolvências, algumas fraudulentas. Fora do empreendedorismo social, só as instituições de Solidariedade social. A proteção social é, antes de mais, um dever do Estado; por uma questão de proximidade, a sua execução devia competir às autarquias. Proteção Social não pode ser confundida com negócio, ou mesmo com caridade. Como diz o povo: "cada macaco no seu galho". Cristo usou outra formulação: "a César o que é de César". Resta dizer que existe um completo desfasamento entre o Plano e o Orçamento que, supostamente suportaria a sua execução; assim, dos cerca de cento e vinte e um milhões de euros de Receita, setenta e sete milhões duzentos e setenta e dois mil cento e oitenta e seis euros, sessenta e três vírgula noventa e quatro por cento, são para despesas correntes, os trinta e seis por cento que restam, quarenta e três milhões quinhentos e oitenta e cinco mil setecentos e oitenta e seis euros, são essencialmente para pagar dívida, juros, e obras em conclusão. Ou seja, a Autarquia Bracarense, ao contrário do que indiciam as festarolas quase diárias, continua sem dinheiro para

*mandar cantar um cego. Resta-lhe aguardar, como aliás refere, o orçamento de estado e os programas comunitários. Esperamos que haja projetos e não aconteça como com a habitação onde, por falta de plano, não houve candidatura. Finalmente, porque "quem não se sente não é filho de boa gente", permitam-nos que manifestemos a nossa perplexidade por em cento e vinte e sete páginas de Plano não surgir uma palavra sobre a Saboaria Confiança. No entanto, pasme-se! Relativamente a infraestruturas com a finalidade do desenvolvimento cultural, é afirmado a página quarenta e três do dito Programa: "no entanto, apesar do esforço contínuo para potenciar a rede de auditórios existentes, da cedência temporária do edifício da Rua do Castelo, bem como das renovadas instalações do Fórum Braga, SUBSISTEM NECESSIDADES URGENTES". Esta atitude está em total contradição com as várias manifestações de vontade para ouvir os munícipes; por essa razão somos levados a concluir que se trata de revanchismo puro e duro". A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para dizer que: "Aproveito este momento para dar publicamente as boas vindas à Sr. Vereadora Olga Pereira, certo do excelente trabalho que irá desempenhar nas suas funções como é seu apanágio! Este plano de atividades de dois mil e vinte vai de encontro ao rumo traçado por este executivo logo no início de mandato! Frisa que estamos a entrar no meio do mandato pelo que aquilo a que esta coligação se propôs a executar nesta legislatura, começa agora a ser vislumbrado de uma forma mais concreta! Alguns objetivos começam a ser executados e outros começam a ser finalizados! Veremos com regozijo a renovação da casa dos Crivos, as novas instalações do Arquivo Municipal e a requalificação da Escola Francisco Sanches neste ano de dois mil e vinte! A musealização da Ínsula das Carvalheiras segue em velocidade cruzeiro e dentro do planeado, pelo que deverá ficar concluído em dois mil e vinte e um! O*

início da requalificação do Convento de São Francisco de Real que demonstra a boa relação do Município com a Universidade e a sensibilidade destas duas instituições para a importância da Reabilitação do Património! Consideramos também que a Comemoração do grande Arquiteto André Soares, que faz trezentos anos a vinte de novembro de dois mil e vinte, é um evento de enaltecer já que Braga e o Minho tanto lhe devem na idealização e conceção de património edificado e classificado! A continuação do objetivo de possuir um Eco parque que consiga preservar património das Sete Fontes, que seja um garante de mais um espaço verde na cidade e que permita o usufruto de toda a População, será uma das maiores heranças que este executivo deixará para as gerações vindouras! A criação de um pelouro da Sustentabilidade é um passo real e uma obrigação para um Município que pretende cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Sem fundamentalismos, apostando na educação ambiental e na requalificação de praias fluviais! Aguardamos com especial expectativa a finalização do São Geraldo e a sua Media Arts Center, uma aposta deste Executivo! Na mobilidade, destacamos a renovação da Frota dos TUB, a intervenção do nó de Inflas, o Plano de mobilidade e gestão integrada, como as medidas mais sonantes deste ano próximo. Não podemos deixar de referir a importância da requalificação da Pousada da Juventude que permitirá já em dois mil e vinte oferecer a um público mais jovem a estadia a preços moderados, com valências muito bem pensadas e que potenciam a volta desses jovens à nossa cidade! A conclusão da intervenção no Mercado Municipal de Braga a meio de dois mil e vinte será outra das boas ações deste executivo que requalifica não só este espaço, mas também dá um sinal positivo para um comércio Tradicional que necessita de atratividade e que vai ser conseguido com esta obra! A requalificação da Escola de Maximinos ou a requalificação do bairro social de

*Santa Tecla são outras das obras que vão começar a aparecer neste ano de dois mil e vinte! Por estes motivos, vamos votar favoravelmente este ponto”. Interveio de seguida o Sr. Deputado da C.D.U., **MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para, a propósito, destacar que: “Votamos hoje nesta Assembleia o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte apresentado pela maioria PSD/CDS no executivo municipal. O extenso documento apresentado, embora sem grande densidade, é, acima de tudo, um plano de intenções e um número: cento e vinte milhões!!! Um número obviamente mediático, com grande projeção na comunicação social, arma que, digamos de passagem, Ricardo Rio tão bem sabe manejar. Da análise a este orçamento pouco se extrai. Apresenta, é verdade, grandes valores, mas, depois de espremidos, dão muito pouco sumo, notando-se um desinvestimento crónico, ou investimento muito reduzido em áreas como a educação, o ambiente, o trânsito, a habitação social ou património, áreas em que diversos problemas urgem em ser resolvidos. Se à falta de investimento associarmos o facto de em dois mil e vinte poder vir a acontecer o que tem vindo a suceder aos últimos orçamentos apresentados, em que se assiste a execuções não superiores em muitos casos aos sessenta por cento, não estamos aqui a discutir apenas a falta de investimento, mas antes a discutir um Plano e um Orçamento pela metade. Na senda do miserabilismo dos anos anteriores justifica-se esta falta de ambição no investimento com a dívida provinda do Estádio Municipal e da SGEB, vertendo-se logo esta "desculpa" no enquadramento geral destes documentos. Mas, é sem dúvida uma "desculpa" muito envergonhada porque, não querendo minorizar esta dívida, o seu valor e as leviandades que levaram à sua existência, é bom lembrar que também o PSD aprovou o projeto do Estádio Municipal, bem como todos os empréstimos bancários que agora dizem sufocar a tesouraria camarária, pelo que deve assumir as suas responsabilidades na*

situação caótica que vivemos e que levou à penhora das contas municipais no início deste ano. E tais responsabilidades não se fundam apenas nas dívidas do passado, devem ser assumidas também por quem governa o município desde dois mil e treze. Seis anos deveriam ser mais que suficientes para sanear as contas do município e apresentar um orçamento mais arrojado. Se, como já apregoam os partidários desta maioria, estamos a meio da caminhada" de Ricardo Rio, ou seja, faltariam ainda seis anos, será que vamos assistir sempre à mesma desculpa? Será que assistiremos sempre à falta de investimento crónico em algumas das áreas mais importantes para o município e os bracarenses? Constata-se também nestes documentos que o Orçamento para dois mil e vinte mantém uma lógica de arrecadação de receitas demasiadamente centrada na cobrança de impostos diretos e indiretos, aumentando em cerca de três vírgula cinco milhões de euros face ao ano anterior, e cujo peso continua a ser crescente. Só do IMI, o valor orçamentado é de quase vinte e cinco milhões de euros - o que vem, mais uma vez, confirmar que a nossa proposta de redução progressiva deste imposto é, não só viável, como justa. Sabemos que às nossas críticas de falta de investimento e do peso excessivo das receitas fiscais, Ricardo Rio já veio responder que "as únicas formas de reforçar essa margem é pela alienação de património", aproveitando de imediato para promover a venda da fábrica Confiança, esquecendo-se que um projeto de reabilitação e requalificação do imóvel encaixava perfeitamente, por exemplo, no PEDU - que, aliás, foi aproveitado pela Câmara Municipal para a requalificação do antigo Parque de Exposições de Braga e que financia a requalificação do Mercado Municipal. Houve, aliás, abertura de novos concursos neste âmbito este verão para municípios com PEDU e que apostem na revitalização das cidades e dos espaços públicos, no entanto, a Câmara Municipal deixou passar o prazo para submissão

de candidaturas, notando-se claramente que a alienação da Confiança é única e exclusivamente uma vontade desta maioria sem suporte na apregoada "falta de fundos". Na verdade, o que claramente se nota é que o que serviu para justificar a decisão de vender a Fábrica Confiança, ou mais recentemente a putativa venda do Estádio Municipal, e que antes serviu para responder à falta de investimento, já não se serve para outros investimentos de duvidosa necessidade, como por exemplo os múltiplos eventos festivos que em excesso acabam por fazer mais mal que bem, não se podendo considerar prioritários quando confrontados com investimentos nas melhorias na mobilidade, nas condições de trânsito, nos transportes públicos ou no património da cidade. Num orçamento em que em abono da verdade nem de poupança se pode falar já que se prevê tanta receita como despesa num claro exercício de "martela o número", os conditionalismos financeiros acima invocados, vão servindo para justificar a falta de investimento próprio até em projetos e medidas consideradas prioritárias, para avançar apenas com os projetos que foram ou serão comparticipadas por fundos comunitários. Aliás, tal como o ano passado, podemos perceber que vários projetos continuam a depender da aprovação de candidaturas a estes fundos, reforçando a ideia de que as estratégias municipais vão a reboque das prioridades estabelecidas na Europa, e não de acordo com as respostas que mais urge dar no concelho. Voltando agora as atenções para o Plano Plurianual de Investimentos contestamos alguns cortes orçamentais previstos principalmente nas funções sociais do município, como por exemplo na educação (quase dois milhões de euros relativamente a dois mil e dezanove quando já haviam sido cortados cerca de trezentos mil euros). Não foi este ano que se apresentou a revisão da Carta Educativa Municipal e o Projeto Educativo Local? Não haverá medidas a tomar para iniciar o longo caminho de objetivos para cumprir nesta

área? Como se justifica um corte de quase dois milhões de euros? Ainda nas funções sociais este orçamento prevê cortes na rubrica do ordenamento do território (quase trezentos mil euros a somar ao corte de novecentos mil euros de dois mil e dezanove), e na rubrica da proteção do meio ambiente e conservação da natureza (quatrocentos e cinquenta mil euros). Numa altura em que mais se fala em alterações climáticas provocadas pelo homem, assistimos em Braga a um desinvestimento de quase setecentos e cinquenta mil euros nesta área? E que dizer na eficiência energética do município onde o desinvestimento é de mais de quatrocentos mil euros? E os quase dois milhões a menos relativamente a dois mil e dezanove para Transportes e Vias de Comunicação numa altura que os problemas de tráfego são galopantes? Mas como nem tudo vai mal no "Reino da Dinamarca" saúda-se o incremento substancial deste orçamento na vertente cultural restando apenas saber se é para ser executado ou se é para "inglês ver". Para a CDU, um orçamento anual de uma Câmara como Braga tem que obrigatoriamente ser um orçamento responsável e ponderado, estabelecendo as prioridades de investimento às quais urge responder em primeiro lugar, podendo-se ter que optar, por ações que possam ser eventualmente impopulares, mas que efetivamente fazem a diferença na vida das populações, sem andar ao sabor da "festa" ou do "subsídio europeu". Pede-se um orçamento centrado no essencial para os bracarenses, com uma política fiscal mais amiga dos cidadãos e famílias; uma cidade limpa e com as vias conservadas, bem iluminadas e adaptadas a cidadãos com mobilidade reduzida, políticas e projetos centradas numa eficiente gestão da mobilidade; política habitacional que permita o acesso dos cidadãos a rendas controladas e que impeça a desertificação do centro da cidade ou a sua total transformação em "alojamento turístico"; respostas sociais às comunidades menos favorecidas e aos sem-abrigo em sede de rede pública

municipal; enfim mais que "parecer" um Orçamento, tem que "ser" efetivamente um Orçamento". Seguidamente registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA, para salientar que: "Este Plano e Orçamento baseia-se em duas traves mestras fundamentais: a continuidade e o lançamento de novos projetos e desafios para o futuro. De facto, se há algo que salta destes documentos, hoje sujeitos a análise e decisão por parte desta Assembleia, é o de Braga inclusiva, uma Braga onde todos temos lugar, uma Braga integradora, aberta, com um forte sentimento comunitária e de pertença de todos, consciente do seu lugar em Portugal e no Mundo. Isso ao mesmo tempo que está também consagrada uma forte ambição de valorização da cidade: da sua sustentabilidade a nível ambiental, com atividade cultural pujante, uma cidade com fortes preocupações sociais, de valorização patrimonial, com um dinamismo económico crescente, de recuperação de antigas infraestruturas e de criação de novas. Sempre acompanhada com a preocupação máxima de eficiência de toda a gestão do universo municipal, com a participação e valorização dos seus recursos humanos, condição indispensável para um melhor serviço ao cidadão. São estes os eixos fundamentais da atuação do atual executivo para dois mil e vinte do qual muito beneficiará a população bracarense. Braga ocupa hoje um lugar no mundo como nunca atingiu no Portugal democrático: É a sua adesão a importantes redes de cidades como a EUROCITIES, a sua participação no denominado PARLAMENTO GLOBAL DE PRESIDENTES DE CÂMARA, a sua pertença à UNIÃO DE CIDADES CAPITAIS DE LINGUA PORTUGUESA AO ICLEI – GOVERNOS LOCAIS PARA A SUSTENTABILIDADE, é a integração do nosso Presidente de Câmara na CHAMPION MAYORES para o CRESCIMENTO INCLUSIVO, organização da OCDE. É a pertença da cidade em diversos fóruns mundiais como para o Desenvolvimento Económico, Assuntos Sociais ou

Mobilidade. Em todos estes fóruns de cidades congéneres à nossa, Braga agora participa, cria e desenvolve relações entre vários dirigentes municipais espalhados pelo mundo, desenvolve trabalhos, relata as suas políticas municipais, conhece novas experiências e apresenta políticas municipais de muito sucesso como o Braga Sol ou o Braga a Sorrir que permitiu que mais de duas mil pessoas sem acesso ao SNS fossem tratadas, com mais de vinte e seis mil tratamentos e que continuará em dois mil e vinte. Isto para não referir a sua participação sempre crescente no Eixo Atlântico, em diversas redes constituídas por cidades com influência da Antiga Roma, bem como a promoção de Braga junto do corpo diplomático acreditado em Portugal e a criação da figura dos embaixadores empresariais de Braga. De relevar também reforço da ligação de Braga com Santiago de Compostela a nível cultural, económico e turístico com a assinatura da gemação entre as duas cidades. Todas estas ações em conjunto, muito mais do que cada uma isoladamente, conferem notoriedade a Braga e aumentam a sua importância no mundo. Braga é hoje uma cidade do mundo e para o mundo! A política municipal de ligações de Braga em rede com as suas universidades, quer a Universidade do Minho, a Universidade Católica, com o Instituto de Nanotecnologia ou o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a participação conjunta em conselhos estratégicos e no desenvolvimento de projetos específicos, tem colhido muitos frutos, com projetos estruturantes para Braga, como, entre muitos outros, o futuro Laboratório de Inovação Urbana, o Observatório Urbano, a Reabilitação do Convento de São Francisco de Real e a Musealização da Ínsula das Carvalheiras. Mas há uma vertente estrutural da atuação do nosso município: é a auscultação de diversos atores que representam importantes franjas da população para a formulação e execução das suas políticas, como é o caso do Conselho Municipal dos Reformados, Pensionistas e Idosos, o Conselho

Municipal para a Juventude, o Conselho Municipal para a Educação, o Conselho Cultural, o Conselho Consultivo do Turismo, o Conselho Económico e Social ou o Conselho Estratégico da InvestBraga. Isto é a Braga inclusiva, e aberta para o mundo de hoje! Por outro lado, podemos ser dúvida afirmar que o ano de dois mil e vinte será o grande ano de viragem da mobilidade em Braga. Para começar, em articulação com a Infraestruturas de Portugal, até ao final do próximo ano, serão iniciados os procedimentos para resolver em definitivo em dois mil e vinte e um o constrangimento do Nó de Infias, bem como a conclusão do troço entre o quilómetro três mil trezentos e sessenta e seis e três mil seiscentos e vinte e cinco da Variante do Cávado, completando a ligação entre o nó do “Nova Arcada” e a rotunda da Avenida do Estádio, junto à ETAR de Frossos com a correspondente regularização do troço paralelo ao Rio Torto. Espera-se que, após a discussão pública que ocorre até final deste ano, tenhamos em dois mil e vinte o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. Este Plano será um instrumento balizador das políticas de mobilidade no sentido de dar prioridade aos peões, o uso da bicicleta, do transporte público, o uso eficiente do carro, numa lógica da integração dos meios de transporte. A finalidade é humanizar e descarbonizar a cidade, promovendo a sustentabilidade ambiental e a segurança rodoviária. No entanto não se fica apenas por aí e em dois mil e vinte já haverá ações concretas no âmbito da mobilidade: Haverá um reforço da segurança rodoviária e de circulação pedonal com o estabelecimento de limite de velocidade a trinta quilómetros por hora e circulação condicionada, bem como o surgimento de modos de acalmia de tráfego e de correção de barreiras arquitetónicas com intervenções previstas em várias zonas da cidade. Teremos quatrocentas passadeiras que serão reformuladas, por indicação das juntas de freguesia, que passarão a estar melhor sinalizadas e iluminadas com elementos refletores, bem

como à alteração de sinalizadores de trânsito mais modernos e mais seguros para as pessoas. Será criado um Centro de Gestão e Controlo do Tráfego, auxiliados, por instrumentos de tecnologia avançada, que permitirão apoiar a decisão para a melhoria da segurança e da mobilidade. Será implementado, em conjunto com o quadrilátero urbano, um Sistema de Informação em Tempo Real, com a instalação de dez pontos de recolha de dados instaladas nas principais entradas de Braga e nos seus principais cruzamentos, onde se poderá determinar velocidades de circulação, congestionamentos vários, e número de veículos/passageiros em tempo real. Esta informação será transmitida em tempo real aos automobilistas, com a instalação de vinte écrans. Assim, pretende-se oferecer alternativa aos automobilistas pela informação sobre zonas já saturadas. Será também implementado, a título experimental, um sistema de informação em tempo real relativo ao estacionamento e tráfego urbano. Continuará a fazer-se a expansão da mobilidade elétrica e as pessoas de mobilidade reduzida terão facilitada a sua vida pela continuação da eliminação de constrangimentos físicos à sua mobilidade. Os acessos automóveis às zonas pedonais terão novas regras, com reforço da fiscalização e com novas condições de acesso de cargas e descargas ao Centro Histórico. De realçar o novo sistema de fiscalização do estacionamento do trânsito automóvel agora da responsabilidade dos TUB, libertando a Polícia Municipal para outras tarefas. O estacionamento, que poderá ser pago através da VIA VERDE, viu também diminuído o seu custo e os comerciantes, poderão oferecer descontos de estacionamento aos seus clientes. Em dois mil e vinte, Braga terá mais trinta e dois autocarros e será desenvolvido o programa Kiss and Go e o School Bus que têm contribuído para a redução do tráfego automóvel nas escolas. A política social tem sido, desde o seu início, uma das mais fortes políticas municipais. Desde logo pelo forte apoio à Rede Social do Concelho, um

fórum composto por entidades públicas e privadas que pretende articular e integrar, com uma visão de conjunto todos os atores – quer municipais, quer por freguesia, que se dedicam a combater a exclusão e a promover o desenvolvimento social. A intervenção nos Bairros Sociais de Santa Tecla e das Enguardas que deverão finalizar em dois mil e vinte, bem como a intervenção no bairro das Andorinhas a nível energético e exteriores são também integrantes da política social da Câmara Municipal para melhoria significativa das condições de vida dos seus habitantes. O número de famílias apoiadas pela Bragahabit ronda as mil e trezentas, suportando o município, através do seu orçamento, os Programas de Apoio ao Subarrendamento e no Apoio Direto às Rendas num montante de um milhão e duzentos mil euros. Braga tem sido sempre distinguida, nos últimos seis anos consecutivos, como “Autarquia Familiarmente Responsável”, pela sua política social que irá continuar em dois mil e vinte. É o caso da redução dos tarifários da água e saneamento para as famílias mais numerosas, o alargamento do transporte escolar, o reforço no apoio nas refeições escolares, a comparticipação da taxa de IRS para as famílias, a redução no IMI no caso da existência de descendentes no agregado familiar, o projeto Pimpolho de prevenção da ambliopia dos alunos do pré-escolar, o programa de apoio à vacinação, os Cartões Sénior de Famílias Numerosas e projeto Avóspedagem. Importância grande terá em dois mil e vinte a EXPO SOCIAL de Braga, o FÓRUM INOVAÇÃO SOCIAL, o apoio à Migração através do Gabinete do Imigrante e do Emigrante, as ações de alfabetização, bem como o programa de promoção do empreendedorismo imigrante. Até, neste domínio, temos um incremento tecnológico, com a aplicação BragaIncoming, que será atualizada em dois mil e vinte e visa servir todo o cidadão estrangeiro que queira vir trabalhar, investir, mas também estudar ou visitar Braga. Destaco aqui o combate sem

tréguas à Violência Doméstica – obrigação de toda a sociedade - que tem na Câmara Municipal um dos seus principais impulsionadores, com o projeto DHARMA, promovido em conjunto com a Cáritas Arquidiocesana de Braga. Os auxílios aos Sem Abrigo através de parceiros locais, a ação social escolar, o apoio ao emprego e formação profissional através do incremento do Gabinete de Inserção Profissional a funcionar nos serviços municipais, é uma realidade crescente que os números confirmam. A nível ambiental, por outro lado, Braga irá prosseguir com os programas destinados a dotar as gerações de uma consciência verde, com a requalificação de diversas praias fluviais como as de Cavadinho, de Navarra, da margem esquerda do Rio Cávado em Palmeira e a regularização do Rio Torto/Variante do Cávado. O Eco Parque a criar no Monumento Nacional das Sete Fontes, esse ícone paisagístico, histórico e ambiental, tão maltratado durante décadas, continuará a ter ações para permitir que veja a luz do dia, como a aprovação do Plano de Urbanização para a área, bem como as medidas condicentes à alteração do PDM e a continuação do processo de negociação com os proprietários. Serão também apresentados os projetos de intervenção paisagística e iniciadas as intervenções com vista à execução do Eco Parque. A Ecovia do Cávado, com extensão de setenta e cinco quilómetros, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Cávado – que ligará o Parque Natural Norte e o Parque Nacional da Peneda Gerês, ao longo das margens do Rio Cávado e do Homem - será outros dos objetivos a prosseguir com a identificação e negociação dos proprietários dos terrenos que a integrarão. Outro grande empenho deste executivo municipal é a sustentabilidade ambiental e a diminuição da pegada ecológica de Braga. Nesta área a autarquia continuará a seguir os passos firmes do passado, como a adesão a uma plataforma de dados que mede o impacto ambiental global da autarquia à escala mundial, a análise e

monitorização dos recursos hídricos, das fontes, dos fontanários, da qualidade do ar, e do ruído do concelho. A monitorização e redução dos consumos nos edifícios e espaços municipais, com objetivo de reduzir o desperdício ocorrerá em dois mil e vinte. A promoção da continuação da plantação de árvores, com a sociedade civil bracarense por todo o concelho, integradas em projetos de educação ambiental é outro dos desígnios importantes a continuar. O Picoto no qual foi possível evitar que fosse evadido por betão e cimento, continuará a ser arborizado com o objetivo de ser o maior parque urbano de floresta autóctone e funcionará como laboratório vivo de experimentação para a sustentabilidade. As Redes de Percursos Pedestres nas freguesias continuará em expansão, com cerca de duzentos e oitenta quilómetros, assim como a criação de mais hortas urbanas no concelho, a acrescentar às onze hortas já existentes, equivalente a quinhentos talhões de área cultivada e com uma área de vinte e três mil metros quadrados. Será desenvolvido, com a Quercus, um importante estudo dos ativos ambientais do concelho e a sua quantificação financeira. Serão desenvolvimentos com os munícipes, no próximo ano, boas práticas de defesa da floresta, com enfoque nos fogos florestais. No capítulo de desenvolvimento económico, Braga continuará a avançar com passos muito seguros. Em primeiro lugar foi criado um importante instrumento que é o Plano Estratégico para Braga dois mil e catorze-dois mil e dezasseis que baliza as intervenções do município neste domínio. Somos hoje um dos principais concelhos exportadores do país, somos um dos cinco com maior volume de exportações, continuamos a ter atividade económica muito diversificada, e onde o emprego tem vindo constantemente a crescer. A Câmara Municipal a isso tem ajudado e a InvestBraga tem um papel fundamental. O segredo foi a constituição de um ambiente no concelho amigo e potenciador da atração de novas empresas, de desenvolvimento das já existentes, do aumento do

empreendedorismo, da inovação bem com uma política fiscal municipal adequada. A InvestBraga acompanha os investidores, presta-lhes um competente e completo serviço, desde a informação necessária inicial, até à fase da sua instalação no concelho. Mais uma vez a política deste executivo municipal foi juntar todos os agentes intervenientes no município, os stakeholders como hoje se diz, representados no Conselho Económico e Social de Braga e no Conselho Estratégico da InvestBraga. Este executivo usa a política fiscal do município como incentivo ao investimento como é o caso da redução de cinquenta por cento do IMI no caso de contratos de arrendamento de prédios urbanos celebrados ao abrigo do programa ENCAIXA-TE. Está previsto para dois mil e vinte que a prestação de serviços da INVESTBRAGA atinja o valor de cerca de dois milhões e trezentos mil euros e um resultado líquido de cerca de sessenta e três mil e trezentos euros. Os jovens empreendedores e com talento para a tecnologia vão continuar a encontrar em Braga um ambiente muito propício ao desenvolvimento dos seus projetos com a START UP Braga de maneira terem elevado capacidade de crescimento com o foco no mercado internacional. Já foram incubadas setenta empresas, apoiadas mais de cento e sessenta com um volume de investimento angariado de cerca de quarenta e três vírgula cinco milhões de euros no total. O Altice Fórum Braga, uma das melhores infraestruturas do género em Portugal, foi potenciador de novos espetáculos musicais, artísticos, desportivos, culturais e económicos sem paralelo no passado. As feiras, os congressos, os seminários, realizados em Braga ocorreram em número crescente. Pretende-se que em dois mil e vinte haja o melhor resultado de sempre em número de eventos, visitantes e resultados financeiros. A Pousada da Juventude, finalmente renovada, após anos de espera e muitas histórias pouco dignificantes pelo meio, onde agora estamos instalados, será outro polo de atração importantíssimo para a juventude e terá

aqui os serviços desconcentrados do IPDJ, a Agência Nacional Erasmus mais, Juventude em Ação e a Loja Ponto Já, com uma oferta de serviços tecnológicos e diferenciadores a nível turístico e com diversos públicos. E o que dizer do Mercado Municipal cuja obra será concluída em dois mil e vinte? O nível das obras anteriores deste executivo, permite adivinhar que será uma unidade que servirá os comerciantes e o cliente bracarense, com muito conforto, com um forte incremento do comércio local dentro e fora do mercado. Acompanhamos também com muito interesse, os passos dados pela Câmara Municipal para instalação de uma área de instalação de empresas inovadoras e tecnológicas para o setor da saúde, bem como o futuro centro empresarial de âmbito tecnológico, de inovação e de competências, já denominado INOVATION ARENA que envolve desde logo a Universidade do Minho, o Instituto Ibérico de Nanotecnologia e privados. A atração de novas empresas para Braga passa também pela melhoria dos chamados Parques Industriais. Assim será também objeto de regeneração o Parque Industrial de Celeirós e ocorrerão intervenções nas zonas viárias do Parque Industrial de Padim da Graça e de Nogueira, sendo objeto também de atenção o Parque Industrial de Pitancinhos/Adaúfe. O Turismo é uma atividade económica fundamental para Braga, geradora de emprego e que aumenta a notoriedade e expansão de Braga no mundo. Tem tido um crescimento exponencial em Braga como comprovam os dados disponíveis que revelam que as dormidas em Braga aumentaram em número de seiscentos mil no primeiro semestre de dois mil e dezanove, tendo sido uma das maiores em Portugal. A atribuição de Braga como Segundo Melhor Destino Europeu, foi uma estratégia concertada entre a Câmara Municipal, a Associação Comercial de Braga e o Conselho Consultivo do Turismo precisamente para aumentar a potencialidade turística da cidade. Aliás, basta ir a uma das Galas de Turismo para ser

perceptível a grande satisfação dos agentes do setor, pelo aumento da dimensão turística da nossa cidade. Na recente elevação do Bom Jesus a Património Mundial as declarações públicas do Arcebispado de Braga, permitem demonstram o quanto foi importante o papel da Câmara de Braga. Fez o que lhe competia, mas fê-lo muito bem feito! O município, como decorre, da leitura do Plano de Atividades, está também atenta a alguns efeitos perniciosos que o turismo tem registado em outras cidades, designadamente em efeitos de habitação e de subida de preços de alguns bens e serviços. A taxa turística, a estabelecer em dois mil e vinte, contribuirá para a criação e desenvolvimento de infraestruturas e serviços de apoio da cidade. É de registar a criação do novo Posto de Turismo na Estação, a participação de Braga nas principais feiras de Turismo na Galiza, Barcelona, Madrid, Paris, Valladolid e Bruxelas, bem como o incremento do Turismo de Caravanismo que só o ano passado registou dezasseis mil e quinhentas dormidas. A nível cultural, os passos dados desde dois mil e treze foram gigantes. Braga é cultura, respira cultura e, o mais importante, com a participação de todos. São tantas as realizações previstas e em tão elevado número que, por serem bem conhecidas, abstenho de as elencar aqui, uma vez que nunca mais acabaria. Realço o facto de termos eventos e realizações para todos os públicos e cada vez com mais público. Só o ano passado tivemos mais de mil e trinta e sete horas de programação, com um público acumulado calculado em mais de um milhão e duzentas mil pessoas. Outro dado relevante é que as realizações culturais são feitas por pessoas de Braga, pelas suas instituições, pelos seus agentes culturais que participam, organizam, realizam, tendo o município um papel de promotor, incentivador, organizador das dinâmicas culturais. O Teatro Circo, o Gnracion, o Altice Fórum Braga são infraestruturas essenciais para a dinamização da atividade cultural com um número cada vez

maior de públicos, como é do conhecimento geral. A grande aposta para dois mil e vinte é a de Braga Capital da Cultura do Eixo Atlântico, com um vastíssimo programa, correspondendo à afirmação de Braga como Capital Cultural, com a sua afirmação na nossa Euro Região. A renovação do Cinema São Geraldo será outra realidade no próximo ano, transformado no Media Arts Center, como consequência da declaração de Braga como Cidade Media Arts da UNESCO. Será um espaço de fruição das dinâmicas geradas pela distinção da UNESCO, onde até já estão previstas a nível educativo programas que abrangem os alunos do primeiro ciclo, do segundo e terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário. No entanto a grande aposta, será a de Braga ser a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete. A modernização do Arquivo Municipal de Braga, a reformulação da Casa dos Crivos, a Requalificação da Escola Francisco Sanches, são outras das obras a avançar em dois mil e vinte. A inauguração de um monumento evocativo do arquiteto André Soares, bem como as cerimónias para comemorar os trezentos anos nascimento e duzentos e cinquenta anos do falecimento deste ilustre bracarense que, com apenas os seus quarenta e nove anos de vida, marcou com a sua obra de maneira inconfundível a arte da nossa cidade, será uma efeméride que contribui para a identidade de Braga e é integradora da nossa comunidade. A valorização do património bracarense – integrante da identidade da nossa cidade – continua a avançar. Desde a classificação das Lojas com História, o desenvolvimento, para dois mil e vinte, do Parque Intermunicipal para os Sacro Montes, a valorização do Parque Arqueológico de Braga composto pelo Teatro Romano, Ínsula das Carvalheiras, Ruínas da Escola Velha da Sé e Estação Arqueológica de Santa Marta das Cortiças. Por outro lado, teremos também em no próximo ano, a implementação e a estratégia da intervenção no Eco Parque das Sete Fontes, o desenvolvimento

integrado de intervenção nos Moinhos de Portuguediz em Lageosa, o prosseguimento do processo da classificação como Itinerário Cultural Europeu das Vias Romanas Europeias. O processo de classificação de importantes instrumentos musicais como a Viola Braguesa, o Cavaquinho, a edificação do monumento a André Soares são outros pontos essenciais de valorização do nosso património material ou imaterial que constituirão objeto de trabalho por parte do nosso município. Em dois mil e vinte teremos também a revisão do Plano Diretor Municipal que visa, entre outros objetivos, impedir a especulação imobiliária, teremos também a definição e aprovação das Operações de Reabilitação Urbana bem como a discussão do Plano Estratégico para a Habitação e o plano de Mobilidade Urbano Sustentável. No campo da habitação será feito um diagnóstico o mais aproximado possível das carências habitacionais, o levantamento dos recursos habitacionais disponíveis, a definição da estratégia de prioridades, o elenco e o calendário para cumprir as metas propostas e opções de políticas de solos e de gestão de património, com o respetivo enquadramento financeiro e orçamental. Todas estas medidas constarão de importantes documentos como o Plano Local de Habitação e a Carta Municipal de Habitação de Braga. A política fiscal municipal – neste caso através do IMI - também é um instrumento para o desenvolvimento da habitação em Braga com a minoração de vinte por cento sobre edifícios reabilitados para este fim, ou com a minoração de dez por cento nos imóveis para habitação no caso de existirem um ou mais descendentes integrantes do agregado familiar. A educação é uma das prioridades do nosso município. Reflexo disso mesmo é a aprovação do Projeto Educativo do Município, aprovado no Conselho Municipal da Educação apresentado em reunião da Câmara e Assembleia Municipal este ano, é um instrumento estruturante da intervenção municipal na componente educativa. A

ação social escolar é uma vertente importante para política municipal, promove a igualdade de oportunidades e combate exclusão social, apoiando as famílias com a aquisição de livros e materiais pedagógicos, transportes e ofertas de refeições escolares, assim como a atribuição da Bolsa Social de Mérito a estudantes que ingressem no ensino universitário. Famílias carenciadas que não possam suportar, total ou parcialmente os encargos da escola, são também auxiliadas economicamente pelo município. Arrancará em dois mil e vinte a requalificação da Secundária de Maximinos num total de dois vírgula seis milhões de euros. Muito mais haveria a dizer sobre a atividade da Câmara Municipal no campo da proteção civil e sobre a segurança. A política de juventude também é uma área de eleição da política municipal, num dos concelhos mais jovens da Europa. A criação do Observatório do Emprego Juvenil em colaboração com a Universidade Católica, o projeto Encarreira-te, a Loja Europa Jovem, o Plano Municipal para Juventude, o projeto “ A nossa AE”, a continuação de Eventos como Jovens Talentos, Jovens Criadores e Sonhos nos Pés, o Programa Férias em Grande, são iniciativas dirigidos ao público juvenil e às suas necessidades, quer sejam a integração no mercado de trabalho, a determinação de ações importantes para o público escolar, a promoção de convívio e de atividades lúdicas e de lazer e a determinação do diagnóstico da realidade juvenil bracarense. A iniciativa “AFETA-TE” pretenderá trabalhar com os jovens, os afetos, a violência no namoro, as questões do género, a sexualidade, a autoestima, os estereótipos sociais, etc. Sobre o orçamento municipal há quatro vetores essenciais que o caracterizam: Rigor na execução da despesa pública; Otimização na gestão dos recursos do município; Prossecução do PMM – Programa Municipal de Modernização; Plano estratégico de investimento (fundos comunitários). O Orçamento do próximo ano demonstra que a gestão deste executivo é ponderada,

com crescimento do investimento também ele ponderado. O valor do nosso orçamento é superior ao ano passado, com um aumento de cerca de um milhão e trezentos mil euros, totalizando um valor aproximado de cento e vinte e um milhões de euros, onde têm lugar o aumento da receita dos impostos, valor este obtido sem aumento de taxas, mas sim pelo desenvolvimento da atividade económica bracarense. Por outro lado, verificámos que a autarquia continua com uma folga grande na sua capacidade de endividamento. Temos uma margem absoluta de cinquenta e oito por cento da utilização dívida total das operações orçamentais permitida por lei que ultrapassa os sessenta e nove milhões de euros. Assim, Braga cumpre rigorosamente os limites estipulados para a sua capacidade de endividamento definido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais. Assistimos, ao mesmo tempo, a uma preocupação por parte do executivo: Em elevar o investimento nas freguesias no valor de um vírgula quatro milhões de euros; Um reforço de mais de novecentos mil euros relativa aos contratos de execução, isto tudo associado a um esforço enorme por parte deste executivo para pagar quatro milhões de euros relativos a sentenças condenatórias devido a grandes erros de gestão pública praticados no Estádio Municipal bem como uma dotação de cerca de trinta milhões de euros relativas ao plano de investimento municipal. A nível das transferências quer para as empresas municipais, quer para o apoio às atividades escolares, atividades desportivas, culturais e sociais a desenvolver pelas freguesias, a verba que está prevista é de vinte e seis milhões de euros, com um aumento de três milhões de euros em relação a dois mil e dezanove. Importante notar que as transferências para as freguesias para o funcionamento do ensino pré-escolar, do primeiro ciclo do ensino básico e ação social escolar seiscentos e oitenta mil euros e para os acordos de execução a verba foi de novecentos mil euros. De referir também que o apoio às famílias,

quer no apoio ao emprego, quer no apoio ao arrendamento é de setecentos e treze mil euros. Verificamos também que a autarquia ficou muito aquém da sua capacidade de endividamento. De relevar que o saldo global da receita diminuiu apenas pela diminuição da receita proveniente de fundos comunitários de 8 milhões de euros, bem como da diminuição de um vírgula cinco milhões de euros de transferência do orçamento de estado e de outras receitas de capital. É um orçamento com equilíbrio orçamental: Verificámos que as receitas correntes são superiores às despesas correntes, tendo aquelas o valor de cerca de vinte e sete milhões e oitocentos e oitenta e dois euros, com uma subida superior a três vírgula quatro milhões de euros em relação ao ano transato, que amortizará as despesas de capital, incluindo a amortização da dívida. E, se a este valor, abatermos a amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, teremos um superavit de cerca de vinte e um mil e seiscentos e setenta e nove euros. Em relação à despesa que representa sessenta e quatro por cento do orçamento (setenta e sete milhões) houve um aumento desde o ano transito de quase três vírgula oito milhões de euros que teve essencialmente a ver com o aumento da massa salarial e com as competências da autarquia na área do desporto, cultura, ação social, turismo, educação, ambiente, entre outros. Em relação ao investimento infraestrutural, (despesa de capital) este ano prevê-se que seja menor em dois vírgula cinco milhões, pois em dois mil e dezanove houve grandes investimentos nomeadamente, requalificação do PEB, do Parque Escolar, Pousada da Juventude e Eixo desportivo da Rodovia., entre outros. É importante ressaltar que o saldo superavitário para dois mil e vinte ascende a vinte e sete milhões que financiará as despesas de financiamento assim como amortização de dívida existente, de maneira a cumprir as regras do equilíbrio orçamental contemplado no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades

*Intermunicipais. É assim um orçamento equilibrado, elaborado com rigor e potenciador do desenvolvimento do nosso concelho. Assim sendo, por todos os fundamentos agora indicados, o PSD vota favoravelmente as Opções do Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal para dois mil e vinte, bem como o Mapa de Pessoal”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinquenta e um votos a favor, com dezassete votos contra e com uma abstenção.***

PONTO NÚMERO QUATRO – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE PARA DOIS MIL E VINTE – ANÁLISE DE PROPOSTAS. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de quatro de novembro do ano em curso, relativa à adjudicação ao Banco Santander Totta, SA, de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta corrente para dois mil e vinte, no valor de seis milhões de euros, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com vinte e sete abstenções.***

PONTO NÚMERO CINCO – ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e oito de outubro e de quatro de novembro do ano em curso, relativas às seguintes alterações ao Código Regulamentar do Município de Braga, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas: Artigo quinquagésimo oitavo da Tabela de Taxas; Parte D –Gestão de Espaço Público – Trânsito, Circulação e Estacionamento – Estacionamento de Duração Limitada; Artigo G - um barra quinto, da parte G (Equipamentos Municipais) – Título G um. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS,** para,*

*inicialmente, solicitar que fossem votados em separado, sendo que o primeiro não lhes causava qualquer apreensão, o segundo, obviamente, estavam contra, não lhes parecendo, e já tinha sido mais do que dito, bem a retirada de competências e o esvaziar de competências da Polícia Municipal em todo aquele processo. O último, estavam contra, porque vinha numa senda de desrespeito pelos trabalhadores municipais com aquela imposição que o horário de funcionamento do cemitério passava, por defeito, a trabalhar aos feriados, por considerarem que todos tínhamos direito ao descanso e à família, incluindo os trabalhadores municipais e era curioso, porque a própria alteração atribuía ao Presidente da Câmara a capacidade de poder alterar por um motivo excepcional. Efetivamente, os feriados deviam ser isso mesmo, excepcional, por isso mesmo votariam contra os dois últimos, apesar de com o primeiro estarem de acordo. Usou, ainda, da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para referir que Bloco de Esquerda solicitava, também, que o ponto fosse votado separadamente. Relativamente à gestão do espaço público, estavam globalmente contra o documento, sendo certo que relativamente à isenção de pagamento dos utilizadores dos carros elétricos, parecia-lhes que isso era uma atitude discriminatória, que não ficava bem naquele regulamento. Desde logo, porque todos sabiam, que os carros elétricos chegavam a custar o dobro de um carro normal com as mesmas características, o que significava que numa rua os ricos passavam a estar isentos e a poder estacionar e quem não tivesse dinheiro para comprar um carro elétrico tinha que pagar. Compreendiam a intenção, mas os incentivos deviam ser dados na compra do carro e não naquela questão do estacionamento. Isso era pura e simplesmente discriminatório e não fazia qualquer sentido. Relativamente ao horário do cemitério, era evidente que consideravam que um cemitério não era propriamente um shopping e, portanto,*

os horários do cemitério serviram sempre até agora. Compreendiam que agora estava lá um tanatório e, provavelmente, até o forno estando ligado ficava mais barato, mas não se tratava, de facto, nem de uma fábrica, nem dum shopping, não lhes parecendo que isso fosse necessário, naquela altura. Postas à votação foram: Artigo quinquagésimo oitavo da Tabela de Taxas – **aprovado por unanimidade**; Parte D – Gestão de Espaço Público – Trânsito, Circulação e Estacionamento – Estacionamento de Duração Limitada – **aprovado com sete votos contra e com dezassete abstenções**; Artigo G - um barra quinto, da parte G (Equipamentos Municipais) – Título G um - **aprovado com sete votos contra e com doze abstenções**. **PONTO NÚMERO SEIS – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de vinte e um de outubro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Execução de acesso a deficientes aos balneários do parque desportivo de Celeirós”, no montante de três mil duzentos e setenta e um euros e dezasseis cêntimos; Dois - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para a execução da obra denominada “Drenagem de águas residuais e pluviais, coletor – Avenida do Ciclo – Fradelos”, no montante de nove mil setecentos e catorze euros e vinte e sete cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções**. **PONTO NÚMERO SETE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à

apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e um de outubro e de quatro de novembro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado a apoiar a “Obra de climatização do auditório da Junta de Freguesia de Vilaça”, no valor nove mil oitocentos e noventa e seis euros e setenta e três cêntimos; Dois - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar o “Projeto da obra do parque infantil e zona envolvente da Junta de Freguesia de Este São Pedro”, no valor de doze mil noventa e sete euros e cinco cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar os “Trabalhos não previstos, terraplanagem e desaterros para a obra de estacionamento e alargamento da rua da Quinta do Capa/Rocódromo”, no valor de seis mil cento e cinquenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar a “Aquisição do termoacumulador para o pavilhão gimnodesportivo”, no valor de três mil cento e treze euros e um cêntimo; Cinco - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar o “Abate de quatro árvores de grande porte, localizadas no parque de lazer de Ribeira dos Prados e outra na rua do Pipe”, no valor de mil duzentos e dezanove euros. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para solicitar à Mesa que destacasse o ponto relativo ao abate de árvores em Figueiredo, ao qual a CDU se opunha, como já se tinha oposto na Câmara, por falta de fundamentação acerca da razão do abate e por não contemplar a replantação e por lhes causar alguma perplexidade como numa Câmara Municipal tão profícua na execução

dessa tarefa e com serviços bem capacitados para isso, não executava esse trabalho por si só e, naquele caso, atribuía um subsídio a uma freguesia para o fazer. Em relação a esse estariam contra e gostariam que destacado dos demais. Postas à votação as alíneas um, dois, três e quatro foram as mesmas **aprovadas com duas abstenções** e a alínea cinco **aprovada com sete votos contra**. **PONTO NÚMERO OITO – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às vinte e quatro horas e trinta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e oito de novembro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.